

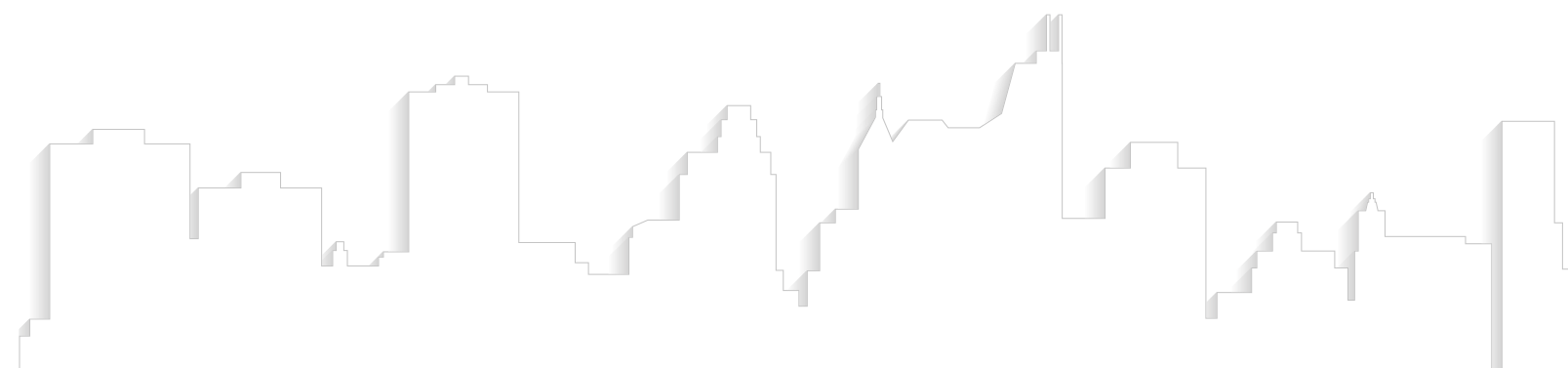
**PAULO
SERRA**
PREFEITO 2017-2020

DIRETRIZES
**DO PROGRAMA
DE GOVERNO**

PROJETO FORTE.
MUDANÇA CERTA.



ÍNDICE



04

**VAMOS CONSTRUIR
SANTO ANDRÉ
DO JEITO CERTO,
JUNTO À NOSSA GENTE**

07

**ASSISTÊNCIA E
INCLUSÃO SOCIAL**

Assistência Social **07**
Políticas Públicas de Inclusão
Social e de Promoção dos
Direitos Humanos **17**

19

**DESENVOLVIMENTO
HUMANO E SOCIAL**

Saúde **20**
Educação **24**
Cultura **27**
Esporte e Lazer **29**
Segurança Pública **30**

33

**DESENVOLVIMENTO
URBANO E SUSTENTÁVEL**

AHabituação **33**
Meio ambiente **35**
Saneamento básico **36**
Mobilidade **38**

43

**DESENVOLVIMENTO
ECONÔMICO**

49

GOVERNANÇA

VAMOS CONSTRUIR SANTO ANDRÉ DO JEITO CERTO, JUNTO À NOSSA GENTE.

Ouvir a população andreense. Essa tem sido a mola propulsora de um novo e sólido projeto que Santo André começa a construir. Depois de mais de 15 anos sem ter um projeto de desenvolvimento sustentável, a nossa cidade começa a sonhar com um futuro melhor, com mais oportunidades, mais eficiência na gestão pública e maior participação popular. Esse é o Santo André da Gente, um projeto criado para nos ajudar na elaboração do melhor programa de governo que a nossa cidade já viu. Um programa feito do andreense para o andreense. Apresentamos aqui as diretrizes que nortearão as nossas ações e o futuro de Santo André. Lembrando que esse projeto estará sempre aberto, durante a campanha e em nosso governo, ao debate público e aos diálogos e discussões com a sociedade.

Tenho orgulho, primeiro, de ter nascido e crescido nessa cidade e, também, de ter ingressado cedo na política como estagiário do Departamento de Planejamento Econômi-

co e Financeiro da Prefeitura de Santo André. Lá se vão 23 anos e, nesse longo período de aprendizado, tive duas grandes lições: a primeira foi identificar problemas e necessidades para, então, formular e liderar propostas para resolver as demandas de uma cidade e seus cidadãos; a segunda, escutar e interagir de forma permanente com a população. Isso eu trago comigo até hoje, e foi o que nos inspirou na idealização do Santo André da Gente.

Este é um ano muito importante para a nossa cidade. O ano em que nós decidiremos o futuro de Santo André. E nós temos que escolher entre três caminhos: 1) dar continuidade ao descaso com que a cidade convive há quatro anos; 2) andar ainda mais para trás e reviver o que já não deu certo no passado; 3) ou finalmente retomar as rédeas da nossa cidade, com uma nova direção, e reencontrar o caminho para o crescimento, governando junto à população. Santo André não pode errar mais! Não há mais tempo para ouvir promessas sem enxergar soluções.

Temos grandes desafios que precisam ser enfrentados com coragem e determinação nos próximos quatro anos. O primeiro deles é fazer a saúde funcionar para que os andreenses recebam serviços de saúde pública dignos, com atendimentos oportunos e de qualidade em todos os seus níveis. Um exemplo do descaso em que se encontra a saúde do nosso município pode ser constatado na insuficiência de médicos na rede municipal. Em 2007, havia em Santo André 1.705 médicos. Hoje, nove anos depois, existem apenas quatro médicos a mais, quando as necessidades da população têm aumentado permanentemente. Sem falar das deficiências que nós temos em número de leitos hospitalares e especialidades médicas, que geram filas intermináveis na marcação de consultas e exames.

Outro desafio é o desemprego. Segundo a fundação Seade, já são quase 70 mil desempregados em Santo André, o maior índice registrado nos últimos dez anos. A desindustrialização e a mudança da estrutura econômica têm gerado a perda de capacidade de geração de emprego mais bem-remunerado por parte do setor produtivo do nosso município. E o mais grave é que não vemos, hoje, nenhuma reação da atual gestão para reverter ou minimizar os efeitos dessa crise. Por não contarem com o incentivo do poder público, muitas empresas estão deixando nossa cidade e levando com elas os empregos da nossa gente. E, para piorar ainda mais a situação dos nossos trabalhadores, a atual administração fechou as portas do Centro Público de Emprego, Trabalho e Renda (CPETR). Hoje, em Santo André faltam empregos e falta, também, apoio aos trabalhadores.

Não podemos esquecer também da segurança. Em nossas caminhadas e reuniões com a população, são inúmeras as reclamações sobre os casos de violência, furtos e roubos, que estão tirando a tranquilidade da nossa gente. A falta de diálogo entre o município e o Governo Estadual faz com que não existam, hoje, políticas mais efetivas e resolutivas para enfrentar a problemática da segurança pública em Santo André.

Os desafios também se encontram em outras áreas que são fundamentais para a qualidade de vida da nossa população, como educação, esporte e lazer, mobilidade urba-

na, meio ambiente, entre outras. Porém todos esses desafios exigem que nós realizemos uma grande mudança no modelo de gestão pública no município de Santo André. Hoje, a gestão pública do nosso município não está voltada ao enfrentamento dos grandes problemas e necessidades que a nossa população demanda. Pelo contrário, é uma gestão centrada no aumento dos cargos políticos e na utilização das vantagens para benefícios particulares e partidários. Tudo isso tem se traduzido em serviços públicos deficientes, endividamento do município e agravamento dos problemas sociais.

Diante desse cenário, nosso compromisso é impulsionar a modernização organizativa da Prefeitura Municipal de Santo André, alicerçados num modelo institucional flexível, moderno, descentralizado e, principalmente, eficiente, onde os funcionários públicos de carreira sejam dignificados e valorizados. Além do fortalecimento institucional da Administração Municipal e do saneamento financeiro, baseados nos princípios da governança social e territorial, promoveremos todos os espaços e instâncias de participação democrática da sociedade no enfrentamento de seus problemas e na tomada de decisões nas diversas políticas públicas. Porque Santo André, daqui pra frente, será feita com a nossa gente!

O que apresentamos aqui são as diretrizes que nortearão um novo projeto de gestão da nossa cidade. O plano de governo completo, com nossas propostas, será apresentado durante nossa campanha. Essas diretrizes nortearão um projeto forte, que não foi construído para uma coloração partidária ou para um grupo isolado de pessoas com privilégios, construímos aqui um projeto para os andreenses de todas as idades, de todas as raças, de todas as crenças e de todos os bairros. Essas diretrizes são para renovar nossa cidade, são diretrizes de um projeto forte, para mudar Santo André do jeito certo.

Este é o meu objetivo como gestor público e o meu compromisso de honra com a nossa cidade e a nossa gente. Obrigado!

PAULO SERRA

ASSISTÊNCIA E INCLUSÃO SOCIAL

1.1 Assistência Social

Nos últimos anos, as condições sociais de Santo André têm melhorado em termos de satisfação das necessidades básicas, bem-estar e geração de oportunidades. No entanto, persistem fatores que ameaçam o desenvolvimento humano de muitos andreenses, tornando-se possível identificar alguns mais vulneráveis do que outros grupos populacionais por causa de sua história e/ou tratamento desigual que tenham recebido pelo resto da sociedade (PNUD, 2014), tais como mulheres, pessoas com deficiência, minorias, crianças, idosos, jovens, entre outros.

Por esse motivo, nosso governo tem como um dos seus principais objetivos trabalhar para aumentar a equidade, a inclusão e o reconhecimento dos direitos dos cidadãos em condições de vulnerabilidade e risco social. Para conseguir isso, vamos garantir políticas de assistência social com serviços e programas sociais que promovam fatores de proteção e construção de oportunidades de desenvolvimento que sejam seguros e sustentáveis. Mas, para realizar essas políticas sociais, nós precisamos, primeiramente, conhecer os principais fatores que têm implicações na atual situação de vulnerabilidade e risco social da população do município.

O primeiro fator diz respeito às tendências demográficas da cidade. Em 2015, segundo dados do IBGE, Santo André atingiu uma população de 685.606 habitantes, o que representa 3,35% da população da Região Metropolitana e 1,6% da população do Estado de São Paulo. Como em 2010 a população era de 676.177 habitantes, estima-se que, a cada ano dos últimos cinco anos, a população do município tenha crescido, aproximadamente, 1.886 pessoas. Assim, entre 2010 e 2015, a taxa geométrica de crescimento anual da população do município foi 0,28%, menor que a registrada pelo estado (0,87%) e pela Região Metropolitana do Estado de São Paulo (0,78%). Além disso, em termos gerais, a estrutura da população do município está em um processo de transição demográfica, com dois fenômenos importantes:

i) O envelhecimento da população de Santo André, que é consideravelmente alto: em 2015 o índice foi de 86,73%, o que significa que para cada 100 jovens (com menos de 15 anos) há 87 pessoas com 60 anos ou mais. Esses valo-

res são bem acima da Região Metropolitana (60,80%) e do Estado de São Paulo (67,20%). É evidente também que, no período 2000-2015, houve uma diminuição importante na proporção de crianças e jovens com menos de 15 anos em comparação com o aumento do número de pessoas com mais de 60 anos. Assim, enquanto no ano 2000 a porcentagem de 60 anos representou 10,33% do total da população, em 2015 aumentou para 15,41%. E nesse mesmo período, a população com menos de 15 anos diminuiu de 23,39% para 17,77%. Enquanto isso, as pessoas entre 15 e 24 anos representam 14,4% da população total, um ponto percentual abaixo das pessoas acima de 60 anos. Comparada com a Região Metropolitana e o Estado de São Paulo, a proporção de pessoas idosas com relação aos jovens também é surpreendente no município de Santo André: em 2015, as pessoas com mais de 60 anos representam na Região Metropolitana 12,33% e no estado, 13,19%. Entretanto, as pessoas com menos de 15 anos, 20,28% no primeiro caso e 19,63% no segundo.

Um aspecto importante a ter em conta na situação dos idosos na cidade é a renda. Seu bem-estar econômico e material pode depender muito de membros do agregado familiar que geram renda; e se as pessoas idosas procuram emprego, há uma grande fragilidade no mercado de trabalho para este tipo de população. O status socioeconômico de muitos idosos na cidade é prejudicado, em parte, devido à falta geral de sistemas de segurança social quando se aposentam, deficiências do sistema de saúde, falta de uma política habitacional para estabelecer um lar independente e ausência de mecanismos de integração social e intergeracional. Mas também há outra situação que afeta adultos mais velhos, o abuso psicológico e físico.

Santo André: População por Faixa Etária e Crescimento % 2000, 2005, 2010 e 2015

Faixa Etária	2000	2005	2010	2015	Crescimento % 2000-2015
0 - 4	47.661	43.583	39.289	43.015	-9,7%
5 - 14	104.112	97.023	89.132	78.804	-24,3%
0 - 14	151.773	140.606	128.421	121.819	-19,7%
15 - 24	121.752	114.793	106.876	98.698	-18,9%
15 - 64	451.979	470.024	484.722	492.052	8,9%
> 60 anos	67.026	78.760	91.484	105.654	57,6%
> 65 anos	45.248	53.691	63.034	71.735	58,5%

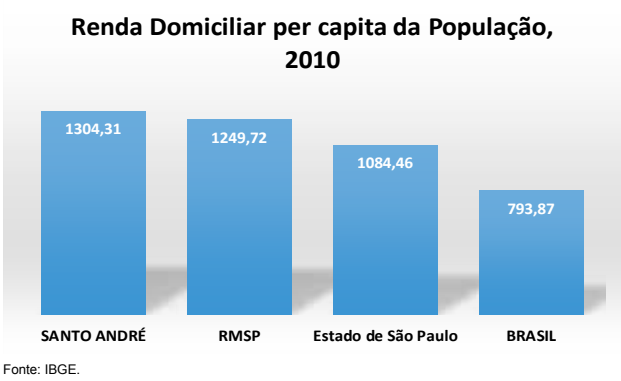
Fonte: IBGE.

ii) Outro fenômeno principal é o bônus demográfico ou janela de oportunidade demográfica que está vivendo Santo André. A janela demográfica é o lapso de tempo em que ocorre um aumento na proporção da população em idade adulta em condições de exercer atividade econômica, em relação à população potencialmente dependente (crianças/adolescentes e idosos).

Isso ocorre devido à constante redução na Razão de Dependência. Segundo dados do Seade, essa razão era de 43,59% em 2000 e, em 2015, de 39,34%. Isto significa que a população em idade ativa (entre 15 e 64 anos) aumentou mais do que a população inativa (pessoas com menos de 14 e mais de 65 anos), e que há um aumento no potencial de participação dos trabalhadores, o que representa maiores exigências sobre a procura de oportunidades de emprego. No período 2000-2015, a população ativa aumentou 8,7%, enquanto a população inativa decresceu 1,76%.

Essas transições demográficas têm um alto impacto no planejamento, gestão e implantação das políticas sociais do município, uma vez que é um processo que vai continuar nas próximas décadas.

O segundo fator refere-se à baixa renda e à persistência da pobreza e da miséria em nossa cidade, o que está impactando o desenvolvimento humano da população em risco e vulnerabilidade social. Segundo o Atlas de Desenvolvimento Humano do Brasil, a renda domiciliar per capita da população de Santo André em 2010 era de R\$ 1.304,31, um valor muito acima do registrado na média geral do País (R\$ 793,87) e, inclusive, da Região Metropolitana de São Paulo (R\$ 1.249,72) e do Estado de São Paulo (R\$ 1.084,46).



No entanto, se analisarmos a situação da renda domiciliar per capita dos bairros da cidade, percebemos que 36, de um total de 94 bairros, têm um rendimento inferior ao registrado no Brasil em 2010, de R\$793,87. (Veja a tabela abaixo). Esses resultados permitem aferir melhor a situação de vulnerabilidade social que padece uma grande parcela da população de Santo André.



Bairros de Santo André com População com Renda Domiciliar Per Capita Abaixo de R\$ 793,87 no Censo de 2010

	Bairro	Renda Per Capita (\$R)
1.	Capuava	426
2.	Chácara Baronesa/Haras	426
3.	Vila Guaraciaba /Condomínio Maracanã	426
4.	Tamarutaca	426
5.	Estância Rio Grande/Jardim Joaquim Eugênio de Lima/Parque Rio Grande/Acampamento Anchieta/Jardim Guaripocaba/Parque América/Campo Grande	426
6.	Vila Luzita: Escola Estadual Doutor Júlio Pignatari	426
7.	Gamboa	468
8.	Jardim Cristiane: Rua José Marruchal/Rua São Sebastião	468
9.	Parque Dos Pássaros	468
10.	Sacadura Cabral	468
11.	Pintassilgo	468
12.	Amoritas	479
13.	Espírito Santo II	479
14.	Jardim Valparaíso: Centro de Detenção Provisória (CDP)	479
15.	Vila Luzita: Padaria Nova Santa Clara	479
16.	Cata Preta	479
17.	Vila Junqueira	479
18.	Parque Capuava: Parada de Trólebus Ana Maria/Escola Est. Ivone Ruggieri	479
19.	Santa Cristina III	479
20.	Vila Luzita: Sítio Dos Vianas	479
21.	Vila Luzita: Estrada dos Vianas/ Av. São Tomás Moura	546
22.	Vila Pires: Escola Estadual Homero Thon/Av. Pedro Américo	546
23.	Jardins Las Vegas: Rua Turquesa/Av. Marginal Córrego Taióca	546
24.	Vila Luzita: Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano	546
25.	Tamanduatei 2/Tamanduateí 4	546
26.	Sítio Taquaral/Parque Represa Billings III	546
27.	Parque Pedroso	546
28.	Jardim Sorocaba	546
29.	Saquarema	546
30.	Paranapiacaba	640
31.	Fazenda Dos Tecos/Parque Represa Billings II/Recreio da Borda do Campo	640
32.	Tamanduateí 8	640
33.	Vila Luzita: Escola Estadual Júlio Pignatari	640
34.	Jardim Valparaíso: Rua Bom Pastor	640
35.	Parque das Nações: Av. Sapopemba/Região do Jardim Utinga	640
36.	Vila Luzita: Av. Capitão Mario Toledo Camargo/Estação Dom Pedro I	640

Fonte: Dados do Atlas de Desenvolvimento Humano do Brasil, 2010.

Os resultados anteriores sobre o baixo nível de renda per capita da população são consistentes com o comportamento da pobreza e da miséria na cidade. “A pobreza e a vulnerabilidade estão ligadas, são multidimensionais e, por vezes, reforçam-se mutuamente”. (Relatório do Desenvolvimento Humano 2014). Se considerarmos uma linha de extrema pobreza de ¼ do salário mínimo por indivíduo (R\$ 127,5 em 2010), pode-se afirmar que, de acordo com o Censo de 2010, em Santo André 0,8% de seus habitantes ainda viviam em condição de pobreza extrema, sendo esse valor maior nas crianças, com 1,8%. Porém os dados são preocupantes se olharmos para a população vulnerável à pobreza, que atinge 11,8%, e as crianças vulneráveis à pobreza com um valor alarmante de 23,7%. *(Veja a tabela abaixo).*

Indicadores sobre Pobreza e Miséria, 2010

	Taxa de Extrema Pobreza	Taxa de Crianças em Extrema Pobreza	Taxa de Pobreza	Crianças em Situação de Pobreza	População Vulnerável à Pobreza	Crianças Vulneráveis à Pobreza
Santo André	0,8%	1,8%	3,2%	7,5%	11,8%	23,7%
E. de São Paulo	1,2%	2,3%	4,7%	9,3%	16,1%	28,6%
RMSP	1,2%	2,4%	4,9%	9,6%	16,6%	28,9%
Brasil	6,6%	11,5%	15,2%	26,0%	32,6%	49,4%

Fonte: IBGE.

Embora a disponibilidade dessas informações de pobreza e pobreza extrema seja de 2010, se analisarmos o contexto atual de aumento do desemprego no ABC, que, segundo dados do Seade de 2010, foi de aproximadamente 10% e em março de 2016 é de quase 17%, podemos esperar que esses indicadores de vulnerabilidade à pobreza piores na nossa cidade.

Se olharmos para os bairros, alguns deles têm indicadores de pobreza, taxa de pobreza e vulnerabilidade bem acima da média do município, mostrando um grave problema de desigualdade e inequidade. Na tabela a seguir estão os bairros onde a percentagem da população que vive em extrema pobreza atingiu 2,6% e a pobreza, 7,6%, além da vulnerabilidade à pobreza das pessoas e das crianças que é de 35% e 52%, respectivamente.

Santo André: Bairros com Taxas de Pobreza e Miséria Acima da Média do Município no Censo de 2010

Bairro	Taxa de Extrema Pobreza	Taxa de Crianças em Extrema Pobreza	Taxa de Pobreza	Crianças em Situação de Pobreza	População Vulnerável à Pobreza	Crianças Vulneráveis à Pobreza
1) Capuava	2,6%	4,3%	7,6%	11,4%	35,0%	52,1%
2) Chácara Baronesa/Haras	2,6%	4,3%	7,6%	11,4%	35,0%	52,1%
3) Vila Guaraciaba/Condomínio Maracanã	2,6%	4,3%	7,6%	11,4%	35,0%	52,1%
4) Tamarutaca	2,6%	4,3%	7,6%	11,4%	35,0%	52,1%
5) Estância Rio Grande/Jardim Joaquim Eugênio de Lima/Parque Rio Grande/Acampamento Anchieta/Jardim Guaripocaba/Parque América/Campo Grande	2,6%	4,3%	7,6%	11,4%	35,0%	52,1%
6) Vila Luzita: Escola Estadual Doutor Júlio Pignatari	2,6%	4,3%	7,6%	11,4%	35,0%	52,1%

Fonte: PNUD.

Segundo dados do PNUD, 20% dos mais pobres do município participam só com 4% da renda total, enquanto nos 20% dos mais ricos esta porcentagem chega a 58%. Isso é evidente quando olhamos para o indicador de concentração de renda, o índice de Gini, que vem piorando desde 1991, quando foi de 0,48, e em 2010 aumentou para 0,53.

Confrontados com as situações problemáticas descritas acima, o nosso desafio será gerar condições para a inclusão e assistência social aos diferentes grupos da população, promovendo ações de desenvolvimento humano voltadas à proteção social e à garantia de direitos para os indivíduos, as famílias e grupos em situação de vulnerabilidade e risco social, fundamentado numa política integral de assistência social e seguindo o marco legal, que tem como ponto principal os artigos 203 e 204 da Constituição de 1988, e no contexto das diretrizes do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) do Brasil.

De acordo com o cenário exposto acima, nosso Programa de Governo assume os seguintes compromissos com a finalidade de alcançar os objetivos de combate à desigualdade e à pobreza através da melhoria no acesso e na qualidade dos programas de assistência social:

i) Melhorar e fortalecer a Política Municipal de Assistência Social, de forma amplamente participativa,, com o propósito de definir as diretrizes, metas e ações de longo, médio e curto prazo sobre o enfrentamento e previsão de exclusões, riscos e vulnerabilidades sociais e os problemas e necessidades emergentes decorrentes das transformações econômicas, sociais, culturais e ambientais em âmbito local, regional, nacional e global.

ii) Ampliar e fortalecer os programas de prevenção e enfrentamento da pobreza extrema no município através de políticas de focalização e da articulação intersetorial que possibilite a integração de programas e serviços de educação, saúde, inclusão produtiva, assistência social, moradia do município, em parceria com os Governos Federal e Estadual e as organizações da sociedade civil.

iii) Implantar enfoques transversais e de integração intersetorial nos programas e ações da assistência social com as demais políticas públicas municipais, como educação, saúde, trabalho, habitação, cultura, esporte e lazer, segurança pública, meio ambiente e desenvolvimento urbano, com a finalidade de garantir a eficácia dos programas e ações de enfrentamento da miséria e das situações de vulnerabilidade e risco social da população de Santo André.

iv) Transformar o Cadastro Único, que identifica e caracteriza as famílias de baixa renda, em um instrumento de pobreza e miséria e da situação de vulnerabilidade e risco social que permita melhorar os processos de avaliação da eficácia e eficiência dos serviços, benefícios, programas e ações das políticas públicas sociais do município.

v) Fortalecer o Sistema de Proteção Social Básica no município através da melhoria e da ampliação dos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) e aprimoramento das ações de proteção e atendimento integral às famílias em situação de pobreza, ausência de renda, precário ou nulo acesso aos serviços públicos, fragilização de vínculos, de acordo com o previsto nas diretrizes do SUAS.

vi) Implantar uma política de assistência social baseada na emancipação da população assistida através do fortalecimento da rede de proteção social especial de média e alta complexidade que garanta a transitoriedade das medidas protetivas, ofertando a proteção e atendimento especializado e integral a famílias e indivíduos em situação de violação de direitos em decorrência de negligência, abandono, violência doméstica, exploração sexual, trabalho infantil, uso de substâncias psicoativas, adolescentes em conflito com a lei, situação de rua.

vii) Ampliar e melhorar os Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS) e demais centros de referência especializados, albergues, abrigos e centros de acolhimento mediante a implantação dos princípios do Governo Social com a finalidade de fortalecer as parcerias com as organizações da sociedade civil que atuam nas áreas da assistência e proteção social no município.

viii) Fortalecer e ampliar os programas e ações de Segurança Alimentar e Nutricional dirigidas a famílias e pessoas em situações de vulnerabilidade alimentar e outros segmentos com acesso precário à alimentação saudável mediante parcerias e convênios com o Governo do Estado e organizações sociais e comunitárias.

ix) Implantação dos princípios do Governo Social com a finalidade de promover parcerias com as organizações sociais e comunitárias no planejamento, execução, mo-

nitoramento e controle social dos programas e ações da política municipal da assistência social em todos os seus níveis, em conformidade com as diretrizes do Sistema Único da Assistência Social.

x) Implantação de um programa voltado ao apoio, orientação e fiscalização das entidades assistenciais que possuam convênios com o Poder Público Municipal, com a finalidade de melhorar tanto a execução de seus serviços como os processos de prestação de contas.

xi) Apoiar os processos de fortalecimento do Conselho Tutelar e do Conselho Municipal de Assistência Social.

xii) Fortalecer a capacidade institucional da Secretaria Municipal de Assistência mediante a revisão de sua atual estrutura organizativa, a valorização de seu quadro de profissionais, a adequação do plano de cargos e carreiras, a descentralização de responsabilidades, a melhoria das condições de trabalho e a implantação de programas de treinamento e qualificação profissional.

1.2 Políticas Públicas de Inclusão Social e de Promoção dos Direitos Humanos

Dentro do eixo da Assistência e Inclusão Social, nosso Programa de Governo assume o compromisso de ampliação e melhoria das políticas públicas municipais direcionadas ao reconhecimento e à garantia dos direitos de pessoas e grupos sociais de maior vulnerabilidade e que tradicionalmente têm sido discriminados. Este propósito é essencial se desejarmos avançar na construção de uma Santo André mais justa e igualitária, onde não existam restrições ou barreiras para que toda sua população tenha a oportunidade de uma participação sociocultural ativa e desfrute de uma vida digna e com pleno exercício da cidadania. Desta forma, equidade de gênero, políticas para a juventude e a terceira idade, proteção das crianças e adolescentes, inclusão social das pessoas com deficiência e luta contra todas as formas de discriminação e exclusão, são temas que farão parte de nossa agenda de governo.

Em relação à equidade de gênero, apesar de que no País as mulheres tenham revertido as desigualdades de gênero na educação, aumentado as taxas de participação no mercado de trabalho e melhorado a participação política, ainda sofrem com a segregação ocupacional, discriminação salarial, dupla jornada de trabalho e violência de gênero. No caso do município de Santo André, os dados disponibilizados pelo Censo demográfico de 2010 mostram a persistência das inequidades de gênero no mercado de trabalho. Efetivamente, o rendimento médio mensal das

mulheres trabalhadoras chegava a 66,1% do obtido pelos homens, tal porcentagem é ainda menor quando se trata das trabalhadoras com superior completo, 59%. Adicionalmente, a partir das informações do Censo de 2010, também se observa que as mulheres do município têm proporcionalmente empregos de menor qualidade que os homens, pois a porcentagem de empregadas sem carteira de trabalho chegava a 21,3%, valor muito acima dos homens que foi só de 14,9%. Como pode ser observado, o trabalho formal com carteira assinada continua sendo um espaço predominantemente masculino, trazendo como consequência para as mulheres tanto um menor acesso aos benefícios da previdência social como uma sub-representação no meio sindical.

Além da desigualdade de gênero na esfera laboral, a violência contra a mulher é outro importante problema que deve ser enfrentado em Santo André com adequadas políticas de prevenção e atenção. Os dados disponibilizados pelo Sistema de Informação de Agravos de Notificação do Ministério da Saúde mostram que, entre 2009 e 2014, se reportaram 1.893 casos de violência contra a mulher, dos quais 885 foram de violência física; 427, de violência psicológica; e 581, de violência sexual. O problema é muito mais preocupante se considerarmos que 70% dos anteriores agravos se apresentam dentro do local de residência das vítimas, evidenciando que a violência contra a mulher acontece dentro do contexto de problemas de desestruturação familiar, o que deve levar a estabelecer a família como o núcleo articulador das políticas de enfrentamento do fenômeno da violência contra a mulher, como das ações de proteção especial.

Pelo lado da problemática da deficiência, de acordo com o IBGE-Censo 2010, em Santo André existiam 161.568 pessoas com pelo menos um tipo de deficiência, representando 23,9% da população total. A deficiência visual é de longe a de maior prevalência, com 78,2% de incidência na população deficiente. Em segundo e terceiro lugar aparecem as deficiências motora e auditiva, com uma incidência sobre a população deficiente de 26% e 23%, respectivamente. Finalmente, aparece a deficiência motora mental e intelectual, que afeta 5% da população deficiente identificada no Censo de 2010. Em nosso município, a população com deficiência enfrenta problemas de exclusão e discriminação de todo tipo nas áreas da educação, trabalho, mobilidade e acesso a programas de cultura, esporte e lazer. Além disso, preocupa o fato de que, segundo dados disponibilizados pela Secretaria de Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência de São Paulo, Santo André está entre os dez municípios paulistas com mais ocorrências registradas de violência contra a pessoa com deficiência. Efetivamente, no período compreendido entre maio de 2014 e dezembro de 2015, foram contabilizados 441 casos de violência contra pessoas com algum tipo de deficiência registrados nos

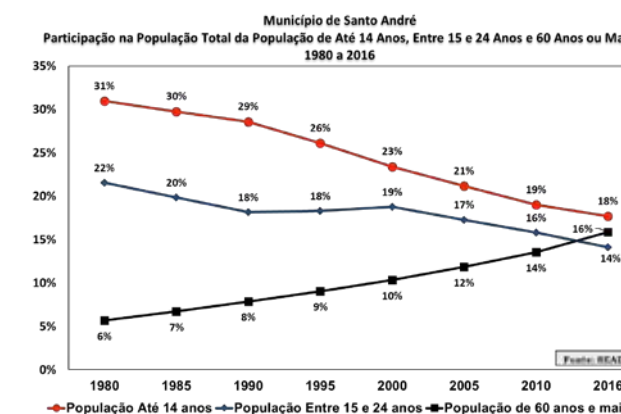
boletins de ocorrência da Delegacia de Polícia da Pessoa com Deficiência. O mais grave dessas estatísticas é que os levantamentos realizados pela mesma Secretaria mostram que em 72% das ocorrências o agressor pertence ao núcleo familiar da vítima. Toda esta problemática tem que ser enfrentada com reforço e melhoria dos programas e serviços que permitam o apoio às famílias e a inserção das pessoas com deficiência no mercado de trabalho e na educação, pois, quanto mais autonomia alcançarem serão menos vulneráveis à violência e mais integradas na sociedade e nas suas próprias comunidades.

Em nosso Governo também enfatizaremos o enfrentamento dos problemas relacionados com a persistente discriminação e desigualdade raciais e que geram graves consequências para a população afro-brasileira e indígena de Santo André. Segundo o Censo 2010 do IBGE, 27.923 habitantes do município se declararam de cor preta e 575 como indígenas, representando 4,2% da população total. Igualmente, no Censo de 2010 apresentam-se informações que mostram as desigualdades que enfrentam a população preta e indígena de nosso município e que comprometem a inserção equitativa dessa população na sociedade, impedindo a construção de uma Santo André mais igualitária, justa e democrática, onde as oportunidades sejam iguais para todos. Na educação, uma primeira constatação da desigualdade racial pode ser observada no índice de analfabetismo, que na população branca do município chega a 2,0%, na preta e indígena sobe para 5,2%. Outro indicador onde se podem observar as inequidades raciais no acesso à educação em Santo André é a porcentagem de pessoas sem instrução e com ensino fundamental incompleto, que no caso da população branca alcança 30,7% e na preta e indígena aumenta para 41,0%. No acesso à educação superior as desigualdades são ainda mais marcantes, pois só 7,4% da população preta e indígena tinha em 2010 superior completo, em face de 20,0% da população branca.

Como acontece no Brasil, as desigualdades se apresentam no acesso aos serviços de educação de qualidade durante a infância, a adolescência e a juventude, se consolidando finalmente em limitadas oportunidades no mercado de trabalho e na qualidade de vida como um todo, reforçando o círculo vicioso da pobreza e da disparidade entre as gerações. Assim, as informações do Censo de 2010 mostram que os trabalhadores que se consideram como brancos têm um rendimento médio mensal de R\$ 2.283, valor muito superior ao obtido pelos pretos e indígenas, que foi de R\$ 1.349 e R\$ 1.095, respectivamente. Além das diferenças em relação à educação e mercado de trabalho, igualmente são evidentes as exclusões raciais em termos de acesso à saúde, justiça, cultura, moradia e outros serviços sociais importantes para a melhoria das condições de vida. Nosso compromisso é trabalhar de forma decidida em reduzir todas as anteriores disparidades raciais a

partir da promoção, prevenção, manutenção e garantia de direitos no âmbito das políticas públicas. Adicionalmente, vamos promover estratégias orientadas ao reconhecimento da cultura étnica e ao reforço das relações interculturais baseadas no respeito pela diferença.

Finalmente, temos que considerar que as políticas públicas sociais devem se adaptar às necessidades, aos riscos e às vulnerabilidades que enfrentam as pessoas no decorrer de seu ciclo de vida. As exclusões e vulnerabilidades estruturais derivadas de fatores como o gênero, a raça e condição de deficiência se acentuam em determinadas fases do ciclo de vida das pessoas, colocando em maior risco determinados grupos de crianças, jovens, trabalhadores e idosos. O período fundamental é a primeira infância e a adolescência, onde se abre uma janela de oportunidades e ameaças que definem o futuro das pessoas. Em nosso município, de acordo com as projeções demográficas do Seade, em 2016 temos um total de 121.501 pessoas com idade de até 14 anos. Este é um grupo da população que exige políticas públicas que permitam o acesso a serviços de saúde e educação de qualidade, além da inclusão em programas de proteção social, de cultura, esporte e lazer.



Em relação à população jovem, as informações do Seade mostram que em 2016 existe um total de 96.991 pessoas entre 15 e 24 anos de idade. Sabemos que a juventude é um período crítico de transição, em que os jovens aprendem a se envolver ativamente com a sociedade e o mundo do trabalho e são altamente vulneráveis perante fenômenos como desemprego, delinquência, consumo de substâncias psicoativas, drogas e contágio de doenças sexualmente transmissíveis. Nesse sentido, nossas políticas de juventude serão direcionadas à prevenção e ao enfrentamento desses problemas assegurando a geração de oportunidades de qualificação profissional para que a população jovem de Santo André possa aproveitar as oportunidades que abrem no mercado de trabalho no município e na região. É sabido que acesso ao trabalho, à educação e a programas de cultura, esporte e lazer evita que os jovens caiam nas redes da delinquência e das drogas.

Finalmente, não podemos esquecer da população idosa, ou seja, aquela com mais de 60 anos de idade, que, segundo o Seade, em Santo André chegava a 109.027 pessoas em 2016 e, como foi apresentado anteriormente, vem apresentando um crescimento muito elevado durante as últimas quatro décadas tanto no Brasil como no Estado e no Município. Efetivamente, a população idosa de Santo André aumentou de 31.457 pessoas em 1980 para 109.097 em 2016, um crescimento de 246,6%. No sentido contrário, a população jovem e de crianças e adolescentes apresentou, em conjunto, uma tendência de crescimento negativo durante esse mesmo período, passando de 289.710 para 218.492 pessoas, uma queda percentual de 24,6%. Essas tendências se acentuarão no futuro, o que se deve traduzir em maiores reforços nas políticas públicas e serviços sociais direcionadas ao atendimento das necessidades da população idosa. À medida que as pessoas envelhecem, elas se tornam, geralmente, física, mental e economicamente mais vulneráveis, sendo mais propensas à pobreza crônica. Oportunidades e segurança econômica em fases anteriores da vida, as necessidades e vulnerabilidades acumulam-se na época do envelhecimento. Temos que responder com eficácia aos desafios atuais e futuros do incremento da população idosa com políticas que permitam assegurar seus direitos sociais e criar as condições para sua proteção e a promoção de sua autonomia e sua inserção ativa na sociedade.

Considerando os problemas apontados anteriormente, nosso Programa de Governo assume o compromisso de focalizar políticas e ações direcionadas às pessoas e aos grupos sociais mais vulneráveis, os quais padecem com maior intensidade as consequências da desigualdade, da exclusão e da discriminação social. Desta forma, apresentamos a seguir os principais compromissos relacionados com as políticas públicas de promoção dos direitos humanos dirigidos para a equidade de gênero e racial, às pessoas com deficiências, às crianças e adolescentes, aos jovens e aos idosos.

A) EQUIDADE DE GÊNERO

i) Implantar os princípios da perspectiva de gênero nas políticas públicas municipais com a finalidade de garantir que a igualdade de gênero seja incorporada na gestão municipal de forma transversal, por meio da articulação intragovernamental, intergovernamental e do fomento à participação social.

ii) Fortalecer as redes organizativas e sociais com a finalidade de melhorar a coordenação interinstitucional, a participação e o controle social na formulação, implantação e avaliação das políticas municipais relacionadas com a promoção da equidade de gênero.

iii) Ampliar e melhorar os serviços de saúde às demandas específicas das mulheres, com a finalidade de consolidar os avanços no campo dos direitos sexuais e reprodutivos, com ênfase na melhoria da atenção obstétrica, no planejamento familiar, na prevenção e no tratamento de mulheres vivendo com HIV/AIDS, e as portadoras de doenças crônicas não transmissíveis e de câncer ginecológico.

iv) Em coordenação e parceria com os Governos Federal e Estadual e as organizações da sociedade civil, promover e fortalecer os programas e ações de combate às diferentes formas de violência contra as mulheres (física, sexual, doméstica, psicológica e violência simbólica).

v) Promover a inclusão produtiva das mulheres no mercado de trabalho de forma equitativa através de ações de programas de empreendedorismo da mulher, do associativismo, da qualificação profissional, técnica e empresarial, o acesso ao crédito e microcrédito e o incentivo de projetos produtivos.

B) IGUALDADE RACIAL

i) Promover a incorporação da igualdade racial nas políticas públicas municipais e no planejamento institucional do Governo Municipal, com a finalidade de enfrentar os problemas históricos de desigualdade, inequidade e discriminação raciais e assegurar a igualdade de oportunidades, prioritariamente nas áreas de educação, cultura, esporte e lazer, saúde, segurança e mercado de trabalho.

ii) Apoiar e fortalecer os espaços e organizações democráticas de participação e controle social relacionados com a promoção da igualdade racial através da realização de conferências, fóruns e debates e demais atividades que permitam definir, implantar e acompanhar as políticas públicas municipais de enfrentamento e superação de toda forma de discriminação, desigualdade e intolerância racial.

iii) Promover o enfrentamento da discriminação e desigualdade racial no mercado de trabalho através da realização de programas e campanhas de combate ao racismo nas instituições públicas e privadas e a incorporação da dimensão étnico-racial nas políticas públicas municipais de qualificação profissional, trabalho e emprego.

iv) Promover o enfrentamento da discriminação e desigualdade racial no Sistema de Educação Municipal em todos os seus níveis e modalidades, garantindo ações para reduzir a evasão escolar, a defasagem idade-série e o acesso aos programas de combate ao analfabetismo da população étnico-racial tradicionalmente discriminada, além de fortalecer a formação de professores e profissionais da educação nas áreas temáticas curriculares relacionadas

com temas étnico-raciais e do ensino de história e cultura afro-brasileira, africana e indígena.

v) Promover a inclusão da dimensão étnico-racial no Sistema Municipal de Saúde, garantindo os programas de atenção integral à saúde da população negra do município que priorize a ampliação e o melhoramento da atenção às pessoas com doença falciforme e outras hemoglobinopatias.

vi) Fomentar a valorização e preservação da diversidade cultural, a emancipação e inserção social da população afrodescendente através do apoio e incentivo das manifestações culturais e religiosas de matriz africana existentes no município e do desenvolvimento do calendário e festas populares afro-brasileiras.

C) PESSOAS COM DEFICIÊNCIAS

i) Garantir, com qualidade e oportunidade, às pessoas com deficiência do município o acesso aos programas de promoção à saúde, identificação precoce de deficiências, prevenção dos agravos, tratamento e reabilitação.

ii) Apoiar o funcionamento e fortalecimento do Conselho Municipal de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência - COMDEF, com o propósito que cumpra de forma eficaz suas atribuições institucionais relacionadas com a formulação, coordenação e avaliação da política pública municipal voltada às pessoas com deficiência.

iii) Garantir às pessoas com deficiência o acesso, a inclusão e a permanência na Rede Pública Municipal de educação, segundo os princípios da educação inclusiva, através de ações de reforço do quadro de funcionários da educação especial, fortalecimento dos projetos e ações educacionais e garantia dos serviços psicossociais e de transporte gratuito acessível aos alunos com necessidades especiais.

iv) Promover a inserção das pessoas com deficiência no mercado de trabalho através da mobilização dos CRAS na busca ativa de beneficiários potenciais e sua inserção nos programas de qualificação profissional e geração de emprego e o fortalecimento da fiscalização do cumprimento das normas legais relacionadas com as cotas de emprego para pessoas com deficiência tanto no setor público como na iniciativa privada.

v) Implantar programas e projetos para o melhoramento da acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida nos ambientes e espaços públicos, como unidades de ensino, prédios e equipamentos públicos, calçadas e ruas.

vi) Promover e fortalecer programas e campanhas de sensibilização contra o preconceito em relação às pessoas com deficiência em coordenação e parceria com as organizações da sociedade civil.

vii) Melhorar os sistemas de Vigilância Socioassistencial com o propósito de monitorar, acompanhar e avaliar a qualidade na prestação dos serviços e programas direcionados às pessoas com deficiência.

D) CRIANÇAS E ADOLESCENTES

i) Melhorar e ampliar os programas de prevenção e atendimento a crianças e adolescentes em situação de risco e vulnerabilidade social e/ou com seus direitos ameaçados ou violados através de serviços de acolhimento institucional em caráter provisório e promoção da reestruturação de seus vínculos familiares e sociais.

ii) Garantir o acesso integral e universal a políticas públicas municipais que permitam o cumprimento dos direitos humanos de crianças, adolescentes e suas famílias e contemplem a promoção da equidade e inclusão social, em conformidade com as diretrizes do Plano Nacional Decenal dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes.

iii) Apoiar o funcionamento do Conselho Tutelar no cumprimento de suas atribuições institucionais e legais relacionadas com a proteção dos direitos à criança e ao adolescente de acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente - Lei 8069/90.

iv) Fortalecer os espaços democráticos de participação e controle social relacionados com a promoção dos direitos da criança e do adolescente, garantindo mecanismos que facilitem a participação organizada e a expressão livre de crianças e adolescentes de acordo com suas condições particulares de desenvolvimento.

v) Promover de forma participativa a formulação e implantação do Plano Municipal de Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes de acordo com a Resolução nº 171, de 04 de dezembro de 2014 do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – CONANDA.

vi) Fortalecer os programas de atenção integral à saúde de crianças e adolescentes do município nos diferentes estágios do ciclo de vida, visando a prevenção e atenção de agravos, a redução da mortalidade, o acompanhamento no crescimento e desenvolvimento, a promoção da saúde sexual e saúde reprodutiva.

vii) Ampliar e fortalecer a inserção e apropriação equita-

tiva das crianças e adolescentes do município nas Tecnologias de Informação e Comunicação – TICs, através de sua inclusão nas práticas curriculares do ensino regular.

viii) Incentivar a prática do esporte, do lazer e da atividade física das crianças e dos adolescentes do município mediante o estímulo da prática esportiva nas escolas e a promoção de torneios esportivos.

E) JUVENTUDE

i) Formular e implantar a Política Municipal da Juventude que defina diretrizes e programas que garantam os direitos e o desenvolvimento integral, a autonomia e a emancipação da população com idade entre 16 e 29 anos do município, de forma amplamente participativa e através da articulação e da coordenação setorial e institucional.

ii) Fortalecer o Conselho Municipal de Juventude e e demais organizações, como grêmios, centros acadêmicos e movimentos, com a finalidade de garantir a participação ampla e ativa da juventude na formulação, avaliação e controle social das políticas públicas, através da formulação, acompanhamento, implementação e avaliação da Política Municipal de Juventude.

iii) Ampliar e fortalecer os programas de qualificação profissional e a geração de emprego dirigida à população jovem de acordo com as vocações produtivas do município, em parceria com os governos estadual e federal e o setor empresarial.

iv) Fortalecer os programas de atenção integral à saúde da população jovem do município com o propósito de acolher suas necessidades específicas relacionados, entre outros aspectos, com a atenção integral à saúde sexual e reprodutiva e a atenção integral no uso abusivo de álcool e de outras drogas.

v) Ampliar e fortalecer a participação ativa do jovem na sociedade do conhecimento e da informação através da universalização no acesso, uso e apropriação crítica das Tecnologias de Informação e Comunicação – TICs, sua inclusão nas práticas curriculares do ensino regular e o apoio aos coletivos e redes sociais de interesse comum dos jovens.

vi) Promoção de hábitos saudáveis na população jovem do município através do estímulo da prática esportiva e de lazer nas unidades escolares e da promoção de torneios esportivos.

vii) Incentivar a inclusão da população jovem na produção e no acesso aos bens e serviços culturais com o pro-



pósito de promover sua criatividade, identidade sociocultural e emancipação, zelando pelo respeito à liberdade de expressão e em conformidade com manifestações culturais e artísticas de interesse dos jovens.

F) IDOSOS

i) Formular e implantar de forma amplamente participativa o Plano Municipal do Idoso que defina diretrizes, metas e programas que permitam assegurar os direitos sociais do idoso e gerar as condições para sua proteção e a promoção de sua autonomia, assim como a sua inserção ativa na sociedade.

ii) Apoiar o funcionamento e fortalecimento do Conselho Municipal da Pessoa Idosa de Santo André, com a finalidade de fortalecer sua capacidade organizativa no cum-

primento de suas atribuições institucionais relacionadas com formulação, coordenação, controle social dos planos e políticas municipais da Pessoa Idosa.

iii) Promover e garantir o apoio e o fortalecimento dos movimentos e organizações sociais da população idosa do município com a finalidade de aumentar sua ampla e democrática participação ativa na formulação e execução de planos, programas e projetos direcionados ao atendimento das necessidades da pessoa idosa.

iv) Garantir o atendimento da pessoa idosa em situação de vulnerabilidade e risco social mediante o fortalecimento dos serviços de proteção social básica e especial de média e alta complexidade que permitam o atendimento ao idoso com direitos violados ou ameaçados, ofertando o acolhimento em caráter provisório quando necessário e

zelando pela reestruturação e reorganização de seus laços familiares.

v) Garantir o acesso universal e com qualidade da pessoa idosa do município aos serviços de saúde, buscando atendimento integral que contemple ações de promoção, prevenção, tratamento e reabilitação com a finalidade de manter sua autonomia evitando-se o isolamento de seu núcleo familiar e social.

vi) Promover e fortalecer programas de educação e alfabetização voltados para a população idosa, incorporando sua inserção no mundo das tecnologias da informação e da internet.

vii) Implantar ações que permitam o enfrentamento da discriminação da pessoa idosa no mercado de trabalho

tanto na esfera pública como privada mediante sua inserção nos programas municipais de geração de renda e o desenvolvimento de projetos que permitam o reaproveitamento de pessoas aposentadas e inativas na formação e preparo das novas gerações.

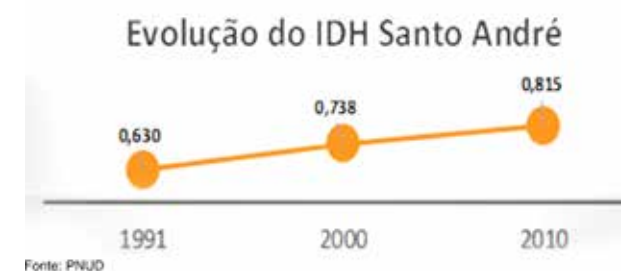
viii) Garantir a participação da população idosa do município nos processos de produção, elaboração e difusão de serviços e bens culturais, facilitando ao idoso o acesso a locais e a eventos culturais e incentivando desenvolvimento de atividades culturais por parte dos movimentos e organizações sociais e comunitárias.

ix) Fortalecer os programas de esporte, lazer e atividades físicas que proporcionem integração social e a promoção de hábitos saudáveis da pessoa idosa, a melhoria da qualidade de vida e estimulem sua participação e integração na comunidade.

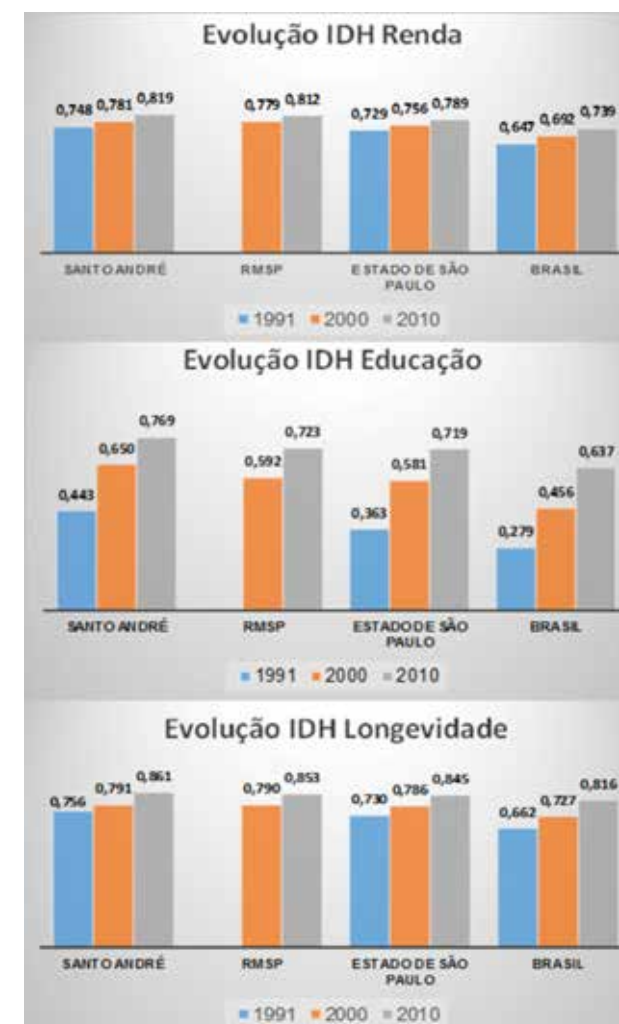


DESENVOLVIMENTO HUMANO E SOCIAL

Em 2010, de acordo com o PNUD, Santo André estava classificado com um índice de desenvolvimento humano municipal muito elevado (IDHM de 0,815). Um resultado bastante acima da Região Metropolitana de São Paulo (0,794), do Estado de São Paulo (0,783) e do Brasil (0,727). A diferença entre os extremos indica que o nosso município obtém um IDH 12,1% superior ao do país. Esse resultado vem melhorando desde 1991, quando foi 0,630, em seguida, em 2000, aumentou para 0,738 e em 2010 atingiu 0,815, um crescimento de 29% entre o primeiro e o último ano. Vale a pena mencionar que o município de Santo André também é notável por ter um IDHM muito alto na Região Metropolitana de São Paulo, depois de São Caetano do Sul (0,862), que ostenta o maior desenvolvimento do Brasil. Todos estes dados mostram um avanço significativo na qualidade de vida da população



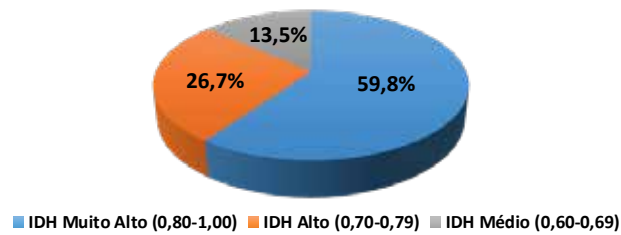
Se analisarmos cada um dos componentes do Índice de Desenvolvimento Humano, podemos verificar que, em 2010, Santo André teve índices de desenvolvimento humano mais elevados em Educação, Longevidade e Renda, se comparados com o Estado de São Paulo, RMSP e Brasil.



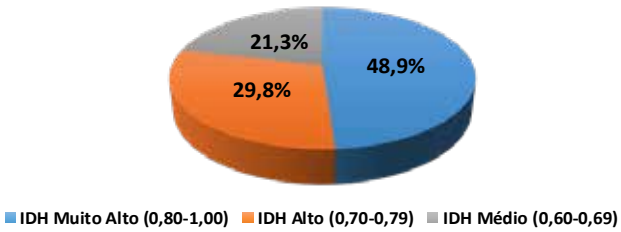
No entanto, embora Santo André tenha um desenvolvimento humano muito elevado, ocupando o posto nº 14 no conjunto dos municípios do Brasil, as diferenças neste indicador entre os bairros são muito significativas. Assim, os resultados de 2010 mostram que 48,9% dos bairros têm um IDH muito elevado (59,8% da população do município); 29,8% têm um alto índice desenvolvimento humano (26,7% dos cidadãos) e 21,3% dos bairros registrou um índice de desenvolvimento humano médio (13,5% dos cidadãos). Essas diferenças são ainda mais marcantes nos componentes de educação e renda.

*Desenvolvimento humano é o processo de alargamento das escolhas dos indivíduos. As mais cruciais consistem em viver uma vida longa e saudável, adquirir conhecimentos e gozar um nível de vida decente" (PNUD, 1990): IDH Muito Alto (Superior a 0,800); IDH Alto (entre 0,700 e 0,799); IDH Médio (entre 0,550 e 0,699); e IDH Baixo (Menor a 0,550). O Índice de Gestão de Resíduos (IGR) é elaborado pela Secretaria do Estado de Meio Ambiente com a finalidade de avaliar o processo ambiental da gestão dos municípios em relação ao lixo. O IGR é um

Santo André: Distribuição da População por faixa do IDH, 2010



Santo André: Distribuição dos Bairros por faixa do IDH, 2010



Além dessa vulnerabilidade estrutural de uma parcela da população, Santo André enfrenta outra grande ameaça na evolução do seu desenvolvimento humano nos próximos anos e que está relacionada com a forte crise de desemprego que está deixando quase 64 mil pessoas fora do mercado de trabalho, afetando seu nível renda e qualidade de vida.

O panorama de desenvolvimento humano na cidade revela áreas de oportunidades para melhorar as condições de bem-estar dos cidadãos através de políticas e ações para o desenvolvimento e através da alocação específica de recursos públicos. Portanto, o nosso compromisso é trabalhar para combater essas desigualdades que afetam a qualidade de vida da nossa população através da redução dos atrasos na educação, a melhoria das condições de acesso e qualidade do sistema de saúde, a melhoria na oferta de programas culturais, desportivos e recreativos, bem como o fortalecimento dos níveis de segurança dos cidadãos.

2.1) SAÚDE

Uma das nossas prioridades no governo será a saúde, porque os andreenses merecem serviços de saúde pública dignos, com atendimentos oportunos e de qualidade em todos os seus níveis. Por esta razão, queremos avançar para a realização do direito à saúde como um benefício que cada indivíduo necessite para desenvolver o seu potencial de vida com o gozo de uma vida longa e saudável e um bem-estar integral. Para atingir o objetivo de um acesso mais fácil, rápido e oportuno aos serviços de saúde, vamos definir e colocar em prática estratégias resolutivas, contínuas e personalizadas de promoção da saúde, prevenção de doenças, cuidados e reabilitação, bem como a preven-

ção e vigilância da saúde, de acordo com o marco legal e as determinações nacionais do Sistema Único de Saúde.

De acordo com as estatísticas vitais em saúde do Seade, em 2014, a taxa de mortalidade infantil em Santo André foi 10,2 por mil nascidos vivos, no limite da meta recomendada pela Organização Mundial da Saúde (OMS). Mas, se comparado com a Região Metropolitana (11,41) e o Estado de São Paulo (11,43), podemos ver que este é um bom resultado, que reflete a melhoria nas condições sanitárias, o efeito de intervenções públicas nas áreas de saúde, saneamento, entre outros aspectos. Assim, entre 2000 e 2014, o coeficiente de mortalidade infantil diminuiu aproximadamente 40%. No entanto, é preocupante que, em 2014, a taxa aumente novamente, pois 93 crianças menores de um ano morreram nesse ano, contra 84 em 2013.

Por outro lado, em Santo André a taxa de mortalidade na infância, ou seja, de crianças menores de 5 anos, caiu 37% no período entre 2000 e 2014, uma vez que passou de 16,8 para 12,2 respectivamente. Porém, podemos ver com preocupação que há um aumento dessa taxa entre 2013 e 2014 em quase um ponto percentual, passando de 11,4 para 12,2. Esses declínios nas taxas de mortalidade infantil de crianças menores de 1 ano e menores de 5 anos são um retrocesso na forma como a gestão do Governo Municipal vem cuidando de nossas crianças e suas mães.

Da mesma forma, os dados para Santo André demonstram aumento de 100% no número de óbitos maternos, de 4 casos em 2012 para 8 casos em 2013. Assim, ocorreu um incremento na taxa de mortalidade materna de 78,7 por cem mil nascidos vivos em 2013, um valor muito acima dos registrados nos anos de 2011 e 2012, quando atingiram 22,4 e 21,9 por cem mil nascidos, respectivamente.

Se comparados esses valores de mortalidade com os municípios do ABC Paulista, São Caetano do Sul e São Bernardo do Campo têm melhores resultados na mortalidade infantil e na mortalidade materna quando comparados com os obtidos em Santo André. As oito mortes maternas em 2013 são alarmantes, sendo o número mais elevado no ABC Paulista. A maioria dessas mortes são evitáveis. A mortalidade materna foi declarada globalmente como um problema importante de saúde pública e de direitos humanos, que reflete o impacto das determinantes sociais na saúde das mulheres. Indiscutivelmente, a mortalidade materno-infantil reflete de forma direta o padrão inadequado da assistência dispensada às gestantes, o descumprimento dos direitos de saúde reprodutiva, a deficiente presença de profissionais da saúde na hora do parto e a inadequada prestação de serviços de atenção e acompanhamento no pós-parto.

Municípios do ABC Paulista: Taxas de Mortalidade Infantil e Maternal 2013 e 2014

	Taxa de Mortalidade Infantil Menores de 1 ano (por MNV) 2014	Taxa de Mortalidade Infantil Menores de 5 anos (por MNV) 2014	Nº. De Óbitos Maternos 2013	Taxa de Mortalidade Materna (por MNV) 2013
São Caetano do Sul	7,03	8,11	0	-
São Bernardo do Campo	9,99	11,49	5	45,33
Santo André	10,22	12,2	8	78,67
Ribeirão Pires	11,13	13,92	1	66,98
Diadema	12,39	14,12	3	46,86
Mauá	13,03	14,40	4	68,58
Rio Grande da Serra	16,67	19,7	0	-
RMSP	11,41	13,1		46,76
Estado de São Paulo	11,43	13,1		39,42

Fonte: SEADE.

O comportamento desses indicadores de saúde da população de nosso município tem como consequência direta a precária estruturação e organização do Sistema de Saúde Público Municipal que se expressa nas dificuldades de acesso e na deficiente qualidade dos serviços, colocando este problema como uma prioridade a ser enfrentada nos próximos quatro anos. Nosso município enfrenta, diariamente, o deficiente atendimento nas Unidades Básicas de Saúde; o insuficiente número de profissionais da área nas Unidades; as demoras para realizar exames laboratoriais e cirurgias; e a carência de leitos, entre outros problemas que indicam a negligência da administração para dar fim a esta situação problemática.

É assim que a cobertura populacional estimada pelas equipes de Atenção Básica, a qual mede as pessoas cobertas pela estratégica Saúde da Família, em 2015 atingiu 48,6% da população. Este resultado não chega a 50% da população do município e está muito longe do alcançado no Estado de São Paulo, que quase atinge o nível de 64%.

Por outro lado, o acesso dos andreenses à saúde bucal é ainda limitado. A cobertura populacional estimada pelas equipes básicas de saúde bucal é apenas 19,62% da população, um indicador muito baixo em relação ao Estado de São Paulo (37,28%) e outros municípios do ABC Paulista. Por exemplo, em Diadema essa cobertura à saúde bucal atinge quase 46,11% da sua população e em São Bernardo do Campo, quase 40%.

Outro indicador que mostra a ineficiência do sistema público de saúde de Santo André é a baixa percentagem de vacinas com cobertura adequada, isto é, se as vacinas que integram o calendário básico de vacinação da criança possuem cobertura de acordo com o preconizado pelo Programa Nacional de Imunizações (PNI). Em 2015, esse indicador atingiu 40%, um valor que se situa abaixo do estado (60,2%) e dos municípios do ABC, como São Caetano do Sul, Diadema, Ribeirão Pires, Rio Grande da Serra e São Bernardo do Campo.

No que se refere aos profissionais de saúde, os dados do Ministério da Saúde revelam um real déficit no município, que impacta na descontinuidade da prestação dos serviços dos médicos e especialistas. De 2007, quando existiam 1.705 médicos na Gestão Municipal de Santo André, a abril de 2016, onze anos depois, cresceu apenas para 1.709 médicos.. No caso dos odontólogos, as informações mostram nenhuma variação entre 2007 e 2016, isto é, o mesmo número, 258 odontólogos. Mas, também, ao analisar o número total de profissionais de saúde na gestão municipal, podemos ver que só aumentou de 3.000 para 3.297 profissionais, um aumento apenas de 9,9%. Portanto, o maior desafio é suprir a rede de saúde com profissionais em quantidade suficiente para atender com oportunidade e qualidade a nossa população. Temos que corrigir, com urgência, esta grave deficiência se desejarmos melhorar as condições de saúde de nossa população, oferecendo serviços mais próximos às suas verdadeiras necessidades.

Municípios do ABC Paulista: Cobertura em Saúde / 2014 e 2015

	Cobertura Equipes de Atenção Básica 2015	Cobertura Equipes Saúde Bucal 2015	% Vacinas com Cobertura Adequada 2014
São Caetano do Sul	98,44%	29,67	90,0%
São Bernardo do Campo	65,51%	39,88	50,0%
Santo André	48,55%	19,62%	40,0%
Ribeirão Pires	39,3%	15,74	60,0%
Diadema	65,17%	46,11	80,0%
Mauá	71,95%	31,4	20,0%
Rio Grande da Serra	46,12%	23,33	55,6%
Estado de São Paulo	63,6%	37,28	60,2%

Fonte: DATASUS.

Município de Santo André
Quantidade de Profissionais da Saúde na Gestão Municipal 2007 a 2016

Ocupações de Nível Superior	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016/Abr
MÉDICOS	1.705	1.822	2.023	1.896	1.837	1.801	1.898	1.982	1.679	1.709
ENFERMEIRO	313	334	389	404	399	422	457	451	498	510
FISIOTERAPEUTA	183	189	206	212	216	227	241	243	231	220
FONOAUDIÓLOGO	62	61	71	72	70	72	77	78	60	58
GINECO OBSTETRA	139	135	175	176	174	169	162	166	129	126
NUTRICIONISTA	29	31	32	36	39	42	48	52	52	54
ODONTÓLOGO	258	298	345	366	380	383	408	431	306	258
PSICÓLOGO	133	137	157	162	180	185	212	232	197	186
RADIOLOGISTA	100	127	135	129	97	106	102	101	65	53
OUTRAS OCUPAÇÕES DE NÍVEL SUPERIOR	78	83	126	124	124	118	127	119	118	123
Total	3.000	3.217	3.659	3.577	3.516	3.525	3.732	3.855	3.335	3.297

Fonte: Ministério da Saúde - Cadastro Nacional dos Estabelecimentos de Saúde do Brasil - CNES

Devido a esta situação precária em que nosso sistema de saúde está atualmente, assumimos o firme compromisso com a melhoria da qualidade de vida de nossa população e a redução das iniquidades de aos serviços públicos municipais através da promoção das ações da saúde preventiva e o enfrentamento integral de tudo o que está gerando a piora das condições de saúde dos andreenses, em especial naquelas parcelas da população mais vulneráveis. Temos a delicada missão de reconstruir e sedimentar a assistência médica, fortalecendo serviços já adequados e eficientes e realizando esforços para o desenvolvimento de novas e inovadoras práticas assistenciais em serviços inoperantes.

Mas só teremos a possibilidade de alcançar esses propósitos se trabalharmos em parceria ccom os governos federal e estadual e incorporarmos ativamente aos movimentos sociais o Conselho Municipal de Saúde, os conselhos gestores instituídos em todas as unidades de saúde e demais organizações da sociedade civil que tenham como missão a melhoria das condições de saúde de nossa população. Para atingir esses objetivos e superar os problemas atuais na área da saúde em nossa cidade, nossos compromissos de saúde são os seguintes:

i) Ampliar, reformar e modernizar a rede de Unidades Básicas de Saúde, qualificando o acolhimento aos usuários e garantindo o acesso aos medicamentos e insumos de uso ambulatorial, com a finalidade de assegurar a acessibilidade, o conforto aos usuários e trabalhadores, as condições de segurança e o acolhimento dentro das prerrogativas do HumanizaSUS;

ii) Fortalecer os programas e ações de promoção e prevenção à saúde que visam a prevenção de doenças e agravos mediante ações, como:

- Ampliar e melhorar a cobertura e qualidade das Equipes da Saúde da Família;

- Criação de novas sistemáticas para disseminar a cultura da prevenção;

- Garantia de acesso às consultas, exames e tratamentos/terapias na Atenção Básica;

- Fornecimento do rol de medicamentos e insumos médico-hospitalares específicos para cada tratamento, de acordo com o estabelecido nos protocolos assistenciais, e a promoção e ampliação de encontros temáticos na área da saúde em locais estrategicamente definidos, visando absorver número importante das comunidades usuárias (dar a oportunidade de serem ‘vistos’).

- Melhoria das ações de prevenção das doenças sexualmente transmissíveis (HIV, HPV, Sífilis etc.) e do uso de álcool, cigarro e drogas ilícitas;

- Melhoria do controle de vetores, especialmente o Aedes Aegypti, a fim de se reduzir a incidência de Dengue, de Zika Vírus e de Chikungunya no município;

- Garantia da cobertura e da oportunidade dos serviços e campanhas de vacinação;

- Fortalecimento das ações do Serviço de Zoonoses:
 - a)** Controle de pragas urbanas (roedores, pombos);
 - b)** Campanhas municipais de castração de animais domésticos;
 - c)** Campanhas de adoção responsável (promover parceria com clínicas para oferta de consultas periódicas);
 - d)** Promoção de mutirões de saúde e cidadania para temas específicos, como: limpeza pública, reciclagem, autocuidado, voluntariado.

- iii)** Fortalecer as ações de Saúde Bucal, conscientizando sobre aspectos de saúde bucal aliada à saúde global do cidadão e implantando o Serviço de Odontologia Hospitalar

para cuidados aos pacientes oncológicos e em cuidados semi-intensivos e intensivos, contribuindo para prevenção de infecções e agravos;

- iv)** Fortalecer a rede de especialidades médicas e multiprofissionais em todas as Unidades Especializadas a partir do levantamento de prioridades e demanda reprimida do Município com os propósitos de oferecer atendimento e acompanhamento em tempo médio adequado; garantir agendamento para retorno e oferecer cuidados; evitar ‘migração de pacientes’ a outros municípios por oferta própria de serviços e ser retaguarda para a baixa e alta complexidade, atuando como complemento aos cuidados;

- v)** Fortalecer a implementação do Protocolo de Manchester em todas as Unidades de Urgência e Emergência com os propósitos de assegurar o atendimento em tempo adequado de acordo com a classificação do paciente; estabelecer meta qualitativa para assistência; evitar agravamento do caso; possibilitar a reclassificação a qualquer momento e disseminar a cultura de busca por atendimento de acordo com o quadro apresentado;

- vi)** Fortalecer as ações voltadas à disseminação da rede de Assistência à Saúde de modo a estimular o encaminhamento adequado mediante a implantação das Ferramentas de Gestão e de Apoio (regulação de vagas e de serviços) como CROSS, CONEXA e SIGA;

- vii)** Adequação, reforma e ampliação do Centro Hospitalar de Santo André e de sua capacidade de recepção de pacientes encaminhados pelas Unidades de Pronto-Atendimento e Unidades Móveis de Urgência;

- viii)** Retomada imediata das obras do Hospital da Vila Luzita visando à entrega da unidade em menor tempo possível, contemplando a reformulação do projeto com o propósito de estruturar e equipar o Hospital com unidade de emergência referenciada, centro cirúrgico e adequação do volume de leitos de UTI na correta proporção em relação aos de internação;

- ix)** Reforma e adequação do Hospital da Mulher, visando assegurar o estrito atendimento de acordo com os padrões estabelecidos pela “Rede Cegonha”;

- x)** Avaliação das condições atuais de todos os equipamentos médico-hospitalares e de diagnóstico e tratamento com o propósito de estabelecer cronograma físico-financeiro de investimentos em novas e modernas tecnologias à saúde;

- xi)** Estabelecer e implementar protocolos assistenciais em todas as unidades, uniformizando o atendimento e

promovendo ações integradas;

- xii)** Fortalecer os programas e ações direcionados à prevenção e atenção da dependência química serviços, contemplando:

- O fortalecimento dos serviços oferecidos pelos Centros Especializados e Ambulatórios;

- O fornecimento às unidades de mão-de-obra especializada em número adequado para promover o adequado tratamento e acompanhamento;

- O estabelecimento de parceria com o Governo do Estado para implementação da “Rede Recomeço” no município;

- Oferecer assistência aos familiares para viabilizar o equilíbrio e preparo para manejo dos pacientes durante o tratamento e na ‘vigilância’ após alta.

- xiii)** Fortalecer os programas e ações direcionados à atenção da população idosa, contemplando:

- A ampliação da atuação das Equipes de Saúde da Família, do Programa de Saúde da Família – PSF;

- A promoção de ações preventivas e de atenção básica com acompanhamento e monitoramento dos cuidados;

- O estabelecimento e fortalecimento de parcerias para estruturação de Centros Especializados em Geriatria e Gerontologia, contando com equipes especializadas para assistência médica, psicológica, de fisioterapia, odontologia, etc., promovendo cuidados e integração às atividades lúdicas e de lazer.

- xiv)** Implantação de um programa para o atendimento agilizado para procedimentos pré-determinados nas principais especialidades médicas, como urologia, mastologia, oftalmologia, vascular, dermatologia, ortopedia, entre outras, que têm como propósito que o paciente realize consultas, exames complementares, diagnóstico determinado e realização do procedimento necessário num mesmo dia e local estruturado para acolhimento, atenção e alta;

- xv)** Implantação do Telessaúde, orientado para a gestão da informação científica e técnica relacionada à Atenção Primária à Saúde – APS, com o propósito de:

- Prover amplo acesso ao conhecimento científico e técnico aplicável para a Atenção Básica;

- Apoiar as atividades de teleconsultoria, telediagnóstico e tele-educação realizadas no âmbito do Programa Nacional de Telessaúde Brasil Redes;

- *Promover a qualificação profissional;*
- *Reduzir custos;*
- *Reduzir deslocamentos desnecessários;*
- *Promover a fixação de profissionais.*

xvi) Assegurar a implantação de Sistema Informatizado em todas as Unidades de Saúde mediante a implantação do Prontuário Único Eletrônico, com o objetivo de unificar as informações do paciente em uma única fonte de dados, possibilitando o acesso em qualquer unidade; dar subsídios aos profissionais de saúde durante o atendimento prestado ao paciente; reduzir custos com repetições de exames (resultados on-line) e otimizar tempos de atendimento;

xvii) Implementar o sistema de monitoramento remoto de pacientes na própria residência, que permita o acompanhamento em tempo real e a intervenção imediata nos casos de urgência ou agravamento do quadro, com interferência mínima na rotina diária do paciente.

xviii) Implantação de aplicativos e sistemas de informação que permitam demonstrar os tempos estimados para atendimento nas principais Unidades de Pronto Atendimento (UPA), possibilitando que o paciente opte, em caso de urgência e por demanda espontânea, pelo local adequado ao seu atendimento;

xix) Implantação de aplicativos e totens de autoagendamento de consultas e exames, oferecendo autonomia ao paciente para escolha de data e local para atendimento e possibilitando a ampliação do leque de opções e a racionalização do uso das unidades de saúde;

xx) Garantir o apoio permanente ao Conselho Municipal de Saúde e demais Organizações da Sociedade Civil com a finalidade de ampliar e melhorar a transparência e os processos democráticos na gestão da saúde municipal;

xxi) Promover a modernização institucional da Secretaria Municipal de Saúde, com o propósito de melhorar sua capacidade organizativa no cumprimento de suas funções de Gestor do Sistema Único de Saúde, e a valorização permanente dos profissionais e funcionários da saúde municipal;

2.2 EDUCAÇÃO

A educação será uma das prioridades de nosso governo, mas uma educação equitativa e de qualidade para os santandrenses.

Primeiro, porque a equidade na educação envolve a remoção de todas as barreiras físicas e atitudinais para a aprendizagem ou as diferenças injustas e inexplicáveis que impedem o acesso e a permanência no sistema de ensino. As desigualdades entre as áreas mais desenvolvidas e as menos desenvolvidas do município, entre os grupos étnicos e as pessoas com deficiência, são as desigualdades que prejudicam os direitos fundamentais.

E, segundo, porque a educação de qualidade é aquela que garante a inclusão e equidade no acesso e retenção dos alunos no sistema de ensino; é contextualizada e relevante para as necessidades, interesses e expectativas de aprendizagem de sua população escolar, reconhece a sua etnia, gênero e diversidade cultural e possibilita a geração de oportunidades e o desenvolvimento humano integral de sua população. A educação de qualidade é aquela que também dignifica a profissão docente; constrói ambientes escolares melhores; gera uma aprendizagem significativa de frente para a sociedade do século XXI através de propostas curriculares flexíveis e inovadoras; e promove valores para a formação de melhores cidadãos.

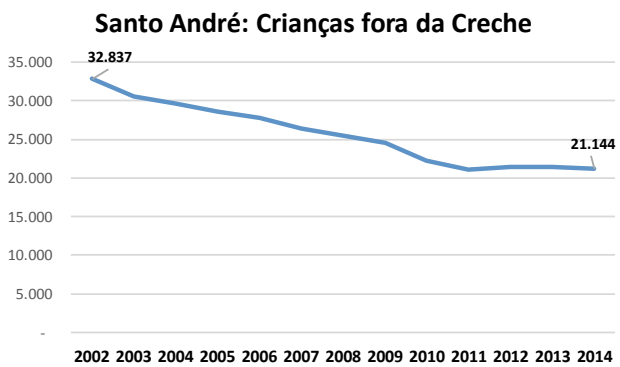
Nesse sentido, nosso Programa de Governo reconhece que a educação e a formação são fatores insubstituíveis para o desenvolvimento econômico e tecnológico, a coesão social, o desenvolvimento pessoal e o exercício da cidadania na cidade de Santo André. Santo André deverá construir uma nova realidade econômica, competitiva e aberta ao mercado, alicerçada em conhecimento e inovação, capital humano altamente qualificado e forte espírito empreendedor. Mas não podemos esquecer que educação deve, principalmente, contribuir na formação de cidadãos, o que implica formar pessoas ativas, responsáveis, críticas, participativas, cooperantes, competitivas e solidárias. A escola é um dos espaços da Educação para a cidadania, um dos mais privilegiados para a formação cidadã e pode fazê-lo alertando, sensibilizando, informando e formando os alunos em temas diversos, que são estruturantes, quer da vida pública quer da vida privada.

Nesse sentido, compreendemos que a educação de qualidade passa pelo direito de acesso à escolarização de qualidade na Educação Infantil, no Ensino Fundamental e na Educação de Jovens e Adultos e qualificação da educação inclusiva. É por isso que o município deve ter um serviço público de educação governável, que promova o direito e o acesso a todos os cidadãos de Santo André ao sistema de educação do município, em condições de inclusão, com qualidade, permanência e pertinência mediante serviços, benefícios, programas e projetos educacionais que procurem o desenvolvimento individual e social.

Em que pese à importância da educação, de acordo com

as análises dos dados do Ministério de Educação, do Seade e do IBGE, existem ainda graves deficiências e inequidades no acesso à educação no município, o que compromete a permanência e os resultados educacionais dos alunos nos diferentes níveis de ensino.

Educação Infantil: segundo dados do Censo Escolar (INEP), em Santo André o comportamento da matrícula em Educação Inicial permaneceu quase constante no período 2011-2014, pois apenas aumentou 10%, de 19.460 em 2011 para 21.445 crianças matriculadas em 2014. No que se refere à pré-escola, não há nenhum problema, uma vez que a cobertura bruta da população entre 4 e 5 anos atinge quase 100%. Mas na creche o progresso tem sido muito pobre, pois só atinge em cobertura bruta 38,4% das crianças entre 0 e 3 anos; além disso o crescimento da matrícula foi de apenas 18,5% entre 2011 e 2014 (de 11.135 a 13.201 crianças matriculadas em creche). Isso significa que 21.144 crianças, entre 0 e 3 anos, de nosso município, ainda estão fora do sistema educativo.



Este resultado na creche é muito preocupante, porque o Plano Nacional de Educação 2014-2024 estabelece na meta 1, “... ampliar a oferta de educação infantil em creches de forma a atender, no mínimo, cinquenta por cento das crianças de até três anos até o final da vigência deste PNE”

Ensino Fundamental: no período 2001-2014, segundo Censo Escolar, a matrícula total no Ensino Fundamental (6 a 14 anos) no município caiu 16,1%, diminuindo de 97.855 para 82.106 alunos. Isto é explicado pela redução na população de 6 a 14 anos. Efetivamente, segundo o Censo 2010 (IBGE), este segmento da população era de 93.524 crianças e jovens em 2001, e em 2014 atingiu 73.011; uma queda no crescimento populacional de 22%.

Em 2014, a taxa bruta de cobertura no Ensino Fundamental I - Anos Iniciais (1º ao 5º ano) já atingiu 110,9% e no Ensino Fundamental II - Anos Finais (6º ao 9º ano), 114,2%. Estes indicadores revelam um problema: temos um número importante de crianças e jovens de Santo André matriculados no Ensino Fundamental, mas atrasados

em seus estudos. Em 2014, 4,8% dos alunos matriculados no Ensino fundamental estavam fora da idade adequada. Mas a distorção idade-série é maior na rede pública (6,0%) do que na rede privada (2,2%). Na rede pública estadual é de 6,7% e na rede pública municipal, 4,4%. Esses resultados colocam numa difícil situação o financiamento do sistema de educação municipal, pois os alunos demoram mais de um ano para concluir uma série.

Por outro lado, ao analisar os dados de cobertura líquida, o Censo de 2010 mostra as grandes desigualdades existentes no Ensino Fundamental dentro do município. Há bairros onde a cobertura líquida é de apenas 84,5%, muito abaixo da média do município (91%), do Estado de São Paulo (91,1%) e do Brasil (92,1%). Esses bairros são:

- *Capuava*
- *Chácara Baronesa/Haras*
- *Vila Guaraciaba/Condomínio Maracanã*
- *Tamarutaca*
- *Estância Rio Grande/Jardim Joaquim Eugênio de Lima/Parque Rio Grande/Acampamento Anchieta/Jardim Guaraciaba/Parque América/Campo Grande*
- *Vila Luzita: Escola Estadual Doutor Júlio Pignatari*

Referente à qualidade da educação no Ensino Fundamental, de acordo com os resultados publicados pelo MEC/INEP, a rede municipal tem melhorado as provas do IDEB de Ensino Fundamental – Anos Iniciais. Assim, melhorou os indicadores entre 2005 e 2013, de 4,8% para 5,6%, respectivamente. No entanto, ainda temos de continuar a trabalhar para melhorar esse resultado, porque o Plano de Desenvolvimento da Educação estabelece, como meta, que “em 2022 o IDEB do Brasil seja 6, média que corresponde a um sistema educacional de qualidade comparável a dos países desenvolvidos”. Além disso, no ranking IDEB de São Paulo, nosso município está no posto nº 346, sendo superado por 58% dos municípios do estado.

Ensino Médio: o Censo Escolar mostra que, em 2014, Santo André tinha 31.385 jovens matriculados no Ensino Médio público e particular. Desse total de alunos, 23.412 estudam na rede estadual (74,6%) e 7.973, na rede particular (25,4%). Assim, a rede estadual é a maior responsável pela oferta de Ensino Médio no município. A taxa de cobertura bruta em 2014 é de 110,6%; um valor alto, mas que é atribuído também ao fenômeno da distorção idade-série. Portanto, considerando que a idade recomendada para o Ensino Médio é de 15 a 17 anos para a 1ª, a 2ª e a 3ª série, respectivamente, nota-se que, em 2014, alcança 14%; na rede estadual com 16,8% e na rede particular com 5,7%. Essa situação problemática do Ensino Médio exige alternativas de atendimento a essa demanda nos moldes de adequação da idade-série.

Além disso, os jovens desse nível de educação são mais vulneráveis a atividades que os separem das instituições de ensino. Assim, em Santo André a evasão escolar no Ensino Médio atinge uma taxa de abandono de 3,5%. Isso significa que, dos 31.385 matriculados em 2012, aproximadamente 1.100 jovens não concluíram esse nível de educação. A situação econômica no País hoje, que se reflete no desempenho econômico e de emprego em nosso município, seguramente, força os jovens a ingressarem cedo no mercado de trabalho, abandonando seus estudos. Por outro lado, a taxa de repetência no Ensino Médio no município em 2014 é de 13,4%, um valor que está acima do apresentado pelo Estado de São Paulo com 10,7%.

O desempenho dos alunos que atingiram o nível adequado ou avançado no Sistema de Avaliação de Rendimento Escolar do Estado de São Paulo (Saresp) no Ensino Médio vem caindo no período 2011-2013. Na área de matemática passou de 5,32 para 4,63 e na área de língua portuguesa, de 28,4 para 27,6.

Ensino Profissionalizante: segundo o Censo Escolar, o Ensino Profissionalizante totalizou 10.258 matrículas iniciais de nível técnico no ano 2014, representando um crescimento de 25% em relação a 2011 (8.200 matrículas). Mas este crescimento é pelo aumento das matrículas na rede estadual, enquanto na rede privada tem diminuído nos últimos 3 anos.

Educação Superior: segundo o Censo 2010, a taxa de cobertura bruta no município é 52,5%, um resultado acima da média do Brasil (29,8%) e do Estado de São Paulo (41,3%), mas inferior ao obtido na Região Metropolitana de São Paulo (82,3%). No ranking da taxa de frequência líquida no Ensino Superior no Estado de São Paulo, Santo André está no posto nº 26 de 645 municípios.

Ao analisar os dados de cobertura bruta dentro do município, o Censo de 2010 mostra também as grandes desigualdades existentes no Ensino Superior, uma questão problemática muito sensível. Há bairros onde a cobertura bruta apenas atinge entre 7 e 8%, muito abaixo da média do município (52,5%). Esses bairros são:

- Gamboa
- Jardim Cristiane: Rua José Marechal/Rua São Sebastião
- Parque Dos Pássaros
- Sacadura Cabral
- Pintassilgo
- Capuava
- Chácara Baronesa/Haras
- Vila Guaraciaba/Condomínio Maracanã
- Tamarutaca
- *Estância Rio Grande/Jardim Joaquim Eugênio de Lima*

/Parque Rio Grande/Acampamento Anchieta/Jardim Guaraciaba/Parque América/Campo Grande
• *Vila Luzita: Escola Estadual Doutor Júlio Pignatari*

Referente a matrícula em 2013, Santo André tinha 38.256 pessoas matriculadas. Desse total, 25.424 foram em instituições particulares, isto é, 66,5%. No entanto, a matrícula vem diminuindo nos últimos três anos. Em 2011 a matrícula total era de 41.791 pessoas, uma redução do crescimento de 8,5%.

Diante de todos esses resultados atuais da educação no município, temos grandes desafios a superar. Por isso nosso compromisso é trabalhar com intensidade com o propósito de melhorar o acesso e a permanência no sistema educativo, garantir a cobertura e a qualidade da educação com a parceria dos governos federal e estadual, melhorar as condições de emprego dos docentes, melhorar as escolas públicas e garantir uniformes e material escolar.

Especificamente, nosso Programa de Governo no âmbito da educação estará pautado nas seguintes diretrizes:

I) Ampliar e melhorar o atendimento das crianças entre 0 a 3 anos de idade nas creches públicas aumentando a oferta de vagas em creches através da construção e ampliação da rede; o reforço do quadro de Auxiliares de Desenvolvimento Infantil (ADIs); a adequação do número de crianças por classe; o aperfeiçoamento dos projetos educacionais voltados para o desenvolvimento integral das crianças; e a oferta de serviços psicossociais e de saúde nas próprias creches.

II) Universalizar e melhorar o atendimento das crianças de 4 e 5 anos de idade na EMEIEF do município através da implantação das Auxiliares de Desenvolvimento Infantil (ADIs); a implantação de projetos educacionais inovadores voltados à melhoria da qualidade dos processos de ensino-aprendizagem; adequação do número de crianças por classe; garantia de serviços psicossociais e de saúde.

III) Melhorar a qualidade do ensino na Rede Pública Municipal de Ensino Fundamental através do aprimoramento do reforço continuado e dos projetos educacionais voltados à melhoria do desempenho educacional dos alunos; o reforço dos programas de apoio pedagógico aos alunos com dificuldades de aprendizagem; a adequação do número de crianças por classe; a criação de mecanismos para o acompanhamento dos alunos a fim de superar a repetência e a evasão que causam a defasagem da idade -ano; avaliação continuada do avanço na qualidade dos processos de ensino-aprendizagem; a qualificação do trabalho na área tecnológica; implantação dos serviços de

assessoramento técnico multidisciplinar e a garantia de serviços psicossociais e de saúde aos alunos.

IV) Ampliar e melhorar a cobertura e a qualidade dos programas de alfabetização e educação de jovens e adultos mediante o aprimoramento dos projetos e ações educacionais voltados à EJA, a articulação da EJA ao ensino profissionalizante do nível técnico e o fortalecimento das ações de luta contra o analfabetismo.

V) Garantir a inclusão e a permanência das na Rede Pública Municipal de Educação através de ampliação das equipes multidisciplinares e multiprofissionais (fonoaudiólogos, psicólogos, assistentes sociais e outros); a disponibilização de um professor especialista, fixo, em cada escola pública para avaliar e atender os alunos com deficiência; o aprimoramento do ensino de língua Brasileira de Sinais – LIBRAS, para todos os alunos com essa necessidade e, gradativamente, para seus familiares, demais alunos e profissionais da educação; a formação continuada e espaços de discussão permanentes a todos os funcionários da Rede para o tema Escola Inclusiva e a disponibilidade de serviços psicossociais e de transporte gratuito acessível aos alunos com deficiência.

VI) Qualificar e fortalecer o atendimento do CESA no contraturno dos alunos da EMEIEF e propiciar com excelência a prática de atividades culturais, esportivas e de lazer nos Centros Educacionais de Santo André.

VII) Através de parcerias com os governos estadual, federal e o setor privado, implantar o maior programa de qualificação profissional de Santo André com o propósito de desenvolver programas e projetos de preparo e formação profissional para jovens e adultos articulados com as políticas de promoção do emprego e renda.

VIII) Fortalecer os serviços de assistência social e alimentar dos alunos da Rede Pública Municipal de Educação com a finalidade de contribuir para a permanência na escola e na melhoria da qualidade de vida dos alunos através da melhoria da qualidade da merenda escolar em todos os níveis e modalidades incluindo a EJA; a garantia no prazo certo da dotação de uniforme e material escolar; os serviços de transporte e demais serviços de assistência social escolar.

IX) Assegurar e melhorar a dotação de material didático pedagógico a alunos e professores, de acordo com as especificidades de cada um dos níveis e modalidades de ensino.

X) Promover que nas práticas curriculares da Rede Municipal de Educação incluam o uso transversal das tecnologias de informação e comunicação – TICs, como meio para

promover a qualidade dos processos de ensino-aprendizagem e o desenvolvimento da autonomia e o pensamento crítico e criativo dos alunos.

XI) Ampliar e fortalecer os programas e atividades de formação continuada dos profissionais da Rede Municipal de Educação com a finalidade de assegurar a melhoria da qualidade e pertinência da educação municipal, assim como estimular o ingresso, a permanência e a progressão na carreira docente.

XII) Garantir o ingresso, a permanência e a progressão na carreira docente e a melhoria das condições de vida do quadro de profissionais da rede pública municipal de educação através do fortalecimento das ações de valorização do Magistério que contemple serviços de apoio psicológico aos profissionais da educação, a revisão democrática e atualização do Plano de Cargos e Carreiras do Magistério e a implantação e manutenção de serviços de apoio psicossocial.

XIII) Melhorar o planejamento e a execução de obras e atividades de construção, ampliação, reforma e manutenção da infraestrutura física de Unidades Escolares da Rede Municipal de Educação (finalidade de contribuir para a ampliação da cobertura e qualidade dos processos de ensino-aprendizagem e melhorar as condições de trabalho do corpo docente e demais funcionários).

XIV) Desenhar e implantar um programa de modernização institucional da Secretaria Municipal de Educação de Santo André com a finalidade de ampliar sua capacidade organizativa e de direção no cumprimento de sua missão institucional mediante a implantação do Observatório Municipal de Educação, o uso intensivo das tecnologias de informação nos processos de gestão institucional, o aprimoramento dos processos de planejamento, monitoramento e avaliação da gestão.

Desenhar e implantar um programa de modernização e melhoria da gestão escolar das unidades da da Rede Municipal de Educação com a finalidade de ampliar a capacidade das equipes de gestão escolar no cumprimento de suas responsabilidades institucionais e das metas e resultados administrativos e pedagógicos.

2.3 CULTURA

A importância do acesso à cultura é primordial para o desenvolvimento local, tendo em conta que as expressões populares do contexto municipal são um fator de valorização da identidade cultural dos andreenses. Além disso, acreditamos que a cultura cria ambientes de respei-

to a nossa diversidade e a nosso patrimônio cultural, e é um dos instrumentos que temos que fortalecer para que nossas crianças, jovens e toda a nossa população sejam mais sensíveis, tolerantes e generosos com os seus pares.

Desta forma, nosso Programa de Governo tem como um dos seus objetivos fortalecer as políticas culturais através de programas que assegurem o direito constitucional ao acesso a bens culturais materiais e imateriais a toda nossa população; a proteção e promoção do patrimônio e da diversidade étnica, artística, histórico e cultural da cidade e a promoção da produção cultural e artística em todas suas manifestações. Tudo isso significa que temos de fazer esforços para superar, criar, difundir e fortalecer programas e atividades artísticas e culturais na cidade, preservar o patrimônio histórico e cultural de Santo André, construir e preservar espaços adequados para estimular atividades culturais e artísticas nos cidadãos e promover a participação social no cuidado e preservação de equipamentos culturais e artísticos em nossos bairros.

Temos a certeza de que o incentivo às atividades culturais nos permitirá desenvolver a criatividade e o talento humano no município, criando melhores condições e oportunidades para o enfrentamento da pobreza e da desigualdade social. A cultura é uma atividade que também contribui à geração de emprego.

Em consonância com esses objetivos, em nosso Plano de Governo a dimensão cultural terá um papel fundamental como indutor e promotor da diversidade cultural, garantindo a ampla participação da sociedade e dos agentes culturais, o pluralismo de gêneros, os diversos estilos, tecnologias e modalidades. A fim de viabilizar essas estratégias, é fundamental promover o fortalecimento dos Conselhos Municipais de Cultura, de Turismo e de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico, Arquitetônico-urbanístico e Paisagístico de Santo André, bem como o Fundo de Cultura.

Para alcançar os anteriores propósitos na área da cultura, nosso Programa de Governo se pautará nas seguintes diretrizes:

i) Criar o Programa Cultura nos Bairros como um instrumento de fortalecimento da descentralização cultural para as diferentes regiões do município através da ocupação dos espaços públicos com ações culturais (bibliotecas, praças, teatros, parques, entre outros), o registro e difusão/circulação da memória cultural dos bairros, a promoção de projetos e iniciativas culturais de organizações e agentes culturais locais e a celebração e formação de convênios com instituições públicas e privadas.

ii) Fortalecer a participação democrática dos agentes e organizações culturais no levantamento e análise dos pro-

blemas e necessidades da cultura local e a formulação de projetos e iniciativas que permitam assegurar o acesso aos bens culturais a toda nossa população.

iii) Fortalecer processos de iniciação e formação artística através da potencialização das escolas de arte, da potencialização e ampliação da oferta de iniciação artística e da promoção do acesso e permanência de alunos nas Escolas Livres e EMIA II.

iv) Fortalecer o sistema de comunicação, divulgação e promoção das ações e atividades culturais do município mediante a melhoria da identificação e comunicação visual dos equipamentos culturais, a capacitação dos agentes e gestores culturais na utilização das redes sociais, o desenvolvimento de aplicativos culturais para dispositivos móveis e a implantação de uma rede de comunicação com representantes de diversos segmentos culturais.

v) Fortalecer a capacidade de gestão institucional da Administração Municipal de Santo André no planejamento, implantação e avaliação da política de Cultura e sua articulação com as demais políticas públicas municipais.

vi) Implantar o Sistema Municipal de Informações e Indicadores Culturais com o propósito de facilitar o levantamento de necessidades sociais por cultura, além de formulação, monitoramento, gestão e avaliação dos planos e projetos culturais do município.

vii) Transformação de Paranapiacaba num grande polo cultural com a criação de novos projetos e ampliação dos já existentes.

viii) Promoção da economia cultural de Santo André, visando à integração social e produtiva das comunidades, famílias e dos agentes culturais mediante o fortalecimento das Feiras de Artesanato, a retomada do projeto Corredor Cultural, a realização de estudos para a identificação de cadeias produtivas de cultura e artesanato, a implantação da incubadora de empreendimentos culturais, a qualificação para o empreendedorismo cultural e para a comercialização de produtos artesanais, o estímulo na formação de cooperativas e associações culturais e garantia de crédito e microcrédito de fomento.

ix) Promover preservação e difusão das diversas manifestações culturais visando o fortalecimento da identidade local e a valorização da diversidade cultural do município através do fortalecimento da presença da produção cultural do município nos acervos e eventos públicos, o incentivo da cultura digital, o apoio da representação da produção cultural do município em eventos regionais, estaduais e nacionais, o estímulo das manifestações culturais popu-

lares e o fortalecimento das parcerias e convênios com a iniciativa privada e os governos estadual e federal.

x) Criação de um programa continuado de capacitação dirigido aos diversos agentes e gestores culturais de Santo André em identificação, formulação e gestão de projetos culturais.

xi) Ampliar e consolidar a Agenda Cultural Oficial do Município de forma articulada, garantindo a valorização dos artistas e agentes culturais locais na formulação e realização dos eventos promovidos pelos órgãos públicos do município.

Garantir a manutenção e melhoria dos equipamentos culturais, priorizando a ampliação da rede de bibliotecas, o centro cultural no Recreio da Borba do Campo, galpão cultural na Vila Guaraciaba, laboratório digital cidadão e ateliê público e a revitalização do Parque do Pedroso.

2.3 ESPORTE E LAZER

Na área do esporte e lazer, nosso Programa de Governo propõe como principal objetivo ampliar e fortalecer o acesso à prática do esporte, o lazer e a atividade física de forma equânime e participativa, visando à integração, a inclusão social e a melhoria das condições de saúde da população do município. Para cumprir com esse propósito, temos um grande desafio pela frente nos próximos quatro anos nesta área.

O esporte e o lazer ajudam a aumentar a autoestima das pessoas, reforçar os laços de solidariedade e civismo nas comunidades, incrementar a interação social, melhorar e manter saudável a população, gerar emprego e renda, além de dar aos jovens e as crianças a possibilidade de contar com um projeto de vida, reduzindo a tentação ao uso de entorpecentes e ao risco de cair na delinquência. A participação em atividades esportivas fomenta o trabalho em equipe, contribui à formação de uma ética da tolerância e cria um espírito de disciplina. Se promovermos a cultura da prática de esporte e lazer em nossa população, estaremos criando as condições para a formação de cidadãos mais ativos e envolvidos com os problemas e interesses por suas comunidades. Por estas razões, o esporte e a recreação terão um destaque importante em nosso Programa de Governo.

Tudo isso significa que devemos proteger, melhorar e manter a oferta de serviços e equipamentos públicos esportivos e de lazer (parques, complexo esportivo, ginásios esportivos, o Estádio Municipal Bruno Daniel); promover e apoiar eventos esportivos nas distintas modalidades competitivas presentes na nossa cidade, fortalecer as escolas de esportes nos 11 Cesas (Centros Educacionais de Santo André) que tem nosso município e criar programas para promover atividades de lazer e recreação nos parques, centros comunitários e comunidades.

Nosso Programa de Governo promoverá também a democratização do acesso ao esporte e lazer através do fortalecimento da participação ativa das comunidades organizadas, das associações esportivas e da iniciativa privada.

Dada a importância do esporte e lazer para a comunidade e para a Administração Municipal, nosso Programa de Governo se pautará nas seguintes diretrizes:

i) Fortalecer as representações desportivas municipais através da promoção da parceria público-privada que permita o desenvolvimento do esporte competitivo e o desempenho de nossos atletas em campeonatos e torneios nas principais modalidades.

ii) Promover a parceria público-privada com a finalidade de ampliar e melhorar a infraestrutura e equipamentos direcionados à prática do esporte competitivo e apoiar as equipes e atletas de alto rendimento, incentivando sua permanência na cidade, valorizando e capacitando nosso quadro de treinadores e monitores.

iii) Restauração e modernização dos equipamentos públicos existentes e criação de novos em áreas em que haja carência da cobertura por serviços públicos relacionados ao esporte, cultura e lazer.

iv) Promover a participação em atividades de esporte e lazer da sociedade em geral, das comunidades e dos grupos populacionais específicos através do fortalecimento de programas que incentivem a utilização das praças, parques e demais equipamentos públicos em atividades de esporte e lazer, o apoio da prática da atividade física das pessoas com deficiências e da terceira idade e o estímulo à iniciação esportiva de crianças e adolescentes.

v) Incentivar as modalidades de skate, longboard, slack line, street dance, em locais como o Parque da Juventude e o Parque Chácara Pignatari.

vi) Revitalização do Parque do Pedroso e criação de atividades de cultura, esporte e lazer.

vii) Ampliar a ciclofaixa de lazer interligando os três parques (Celso Daniel, Central, Pignatari)

viii) Criação de bicicletários em todos os parques da cidade.

ix) Fortalecer o acesso à prática esportiva no Sistema Municipal de Educação através da oferta de condições adequadas para tais práticas nas Unidades de Ensino, promovendo o fortalecimento dos Jogos Escolares de Santo André e das escolas de esportes nos Cesas.

x) Fortalecer e melhorar os programas e ações de capacitação e de aperfeiçoamento dos profissionais da área de educação física e do quadro de treinadores do município.

xi) Promover e consolidar o calendário esportivo anual do município em parceria com as organizações correlatas, promovendo a inclusão de Santo André na programação regional, estadual e nacional de eventos e campeonatos esportivos.

xii) Garantir a manutenção e a zeladoria de todos os parques e praças municipais com a finalidade de que as comunidades tenham condições adequadas para a realização de atividades de esporte e lazer.

2.4 SEGURANÇA PÚBLICA

Nos últimos anos, a cidade tem feito progressos substanciais em seus indicadores de segurança pública. No entanto, persiste o desafio de superar esse problema para atingir os níveis de segurança que nos permitem garantir a proteção física e material de nossa população, bem como o respeito pelos direitos humanos e a realização do desenvolvimento humano integral. Por isso, a segurança será outra de nossas prioridades de governo. Nossa administração trabalhará de forma coordenada com o Governo do Estado de São Paulo através de parcerias com a Secretaria de Segurança Pública do Estado para fortalecer os programas de segurança pública e convivência social em Santo André que permitam melhorar as condições de segurança cidadã e fortalecer a prevenção da violência urbana. Assim, em coordenação com o estado, o município pode garantir e fornecer as condições necessárias para que seus cidadãos possam viver livres do sentimento de insegurança expressa no medo dos riscos, perigos, ameaças e qualquer outra expressão que possa ameaçar sua integridade física e o seu patrimônio.

De acordo com estatísticas da Secretaria da Segurança Pública do Estado de São Paulo, a relação de mortes intencionais caiu significativamente. Enquanto em 2008 atingiu 16,38 homicídios por 100 mil habitantes, em 2015 apresentou um declínio significativo, atingindo 6,13 homicídios por cem mil habitantes. O resultado desse último ano é bastante encorajador, pois pela primeira vez em 10 anos o nosso município obtém o menor resultado, mostrando a mesma tendência que ocorreu em todo o Estado de São Paulo, embora no estado o valor esteja acima, 8,73 por cem mil habitantes. No entanto, o problema é que os homicídios em nossa cidade continuam acima de São Caetano do Sul (3,32 por cem mil.) e Ribeirão Pires (4,30 por cem mil.). O gráfico seguinte mostra as ocorrências de homicídio doloso registradas em Santo André no período 2010-2015.



Enquanto os homicídios dolosos mostram uma tendência de queda em Santo André, não é assim com os roubos que têm aumentado de forma alarmante nos últimos cinco anos. Segundo dados também da Secretaria da Segurança Pública do Estado de São Paulo, entre 2010 e 2015 os roubos aumentaram 36,1%, com uma taxa de 925,05 a 1.258,89 roubos por 100 mil habitantes. No mesmo período, os furtos e roubos de veículos cresceram 15,34%, de uma taxa de 792,25 a 913,79 furtos e roubos de veículos por 100 mil habitantes.

Quando comparados os roubos nos municípios do ABC Paulista em 2015, destaca-se que, embora em Diadema este delito ocorra mais frequentemente (com uma taxa de 1.705,56 roubos por 100 mil hab.), em Santo André (1.258,89) é alto em relação aos municípios de Ribeirão Pires (619,64), São Caetano do Sul (631,45) e Mauá (857,83). Além disso, o resultado de Santo André está muito acima do atingido no Estado de São Paulo (714,08 roubos por 100 mil hab.).

Estes dados demonstram a importância de continuar lutando de forma eficaz na prevenção e no enfrentamento dos fatores de violência e criminalidade em nosso município para que possam cair indicadores, tais como as denúncias por insegurança nos comércios, assaltos, furtos a residências, roubos e furtos de carros, venda de drogas, além das constantes reclamações do despreparo da Guarda Municipal.

Nosso compromisso é de três vias. Primeiro, buscaremos que os nossos programas de segurança se articulem com as políticas de segurança do estado na prevenção da violência e da criminalidade. Segundo, buscaremos articular os programas de segurança cidadã com as ações das outras Secretarias da Administração Municipal: educação, inclusão e assistência social, desenvolvimento econômico, trabalho e emprego, saúde e esporte e lazer. E terceiro, com a participação ativa da comunidade e da iniciativa privada. Assim, nosso Programa de Governo se pautará nas se-

Santo André: Taxas de Delito 2005 - 2015							
Ano	Homicídio Doloso (por 100 mil hab.)	Furto (por 100 mil hab.)	Roubo (por 100 mil hab.)	Furto e Roubo de Veículo (por 100 mil hab.)	Furto (por 100 mil veículos)	Roubo (por 100 mil veículos)	Furto e Roubo de Veículos (por 100 mil veículos)
2005	15,5	1.248,49	999,67	1.315,63	1.239,10	1.600,37	2.839,47
2006	13,04	1.222,30	907,95	1.210,16	1.023,32	1.465,01	2.488,33
2007	10,31	1.243,16	880,35	909,18	804,96	961,37	1.766,33
2008	16,38	1.154,17	911,9	856,95	755,03	811,38	1.566,41
2009	12,77	1.139,63	1.035,72	880,15	717,07	802,41	1.519,49
2010	11,54	1.100,45	925,05	792,25	682,1	601,36	1.283,47
2011	9,73	1.320,84	975,0	865,57	607,41	718,82	1.326,23
2012	9,56	1.215,41	807,14	949,36	736,78	643,75	1.380,53
2013	8,65	1.150,75	881,61	1.106,01	801,83	750,57	1.552,40
2014	10,09	1.128,11	1.260,19	1.130,89	810,79	773,1	1.583,90
2015	6,13	997,66	1.258,89	913,79	594,5	657,03	1.251,54

Fonte: <http://www.ssp.sp.gov.br/novaestatistica/Pesquisa.aspx>

Municípios ABC Paulista e Estado de São Paulo: Taxas de Delito, 2015							
	Homicídio Doloso (por 100 mil hab.)	Furto (por 100 mil hab.)	Roubo (por 100 mil hab.)	Furto e Roubo de Veículo (por 100 mil hab.)	Furto de Veículos (por 100 mil)	Roubo de Veículos (por 100 mil veículos)	Furto e Roubo de Veículos (por 100 mil veículos)
São Bernardo	6,19	902,13	1.025,70	618,48	392,29	470,75	863,04
São Caetano	3,32	946,85	631,45	617,51	400,54	268,22	668,76
Santo André	6,13	997,66	1.258,89	913,79	594,5	657,03	1.251,54
Diadema	11,86	859,59	1.705,56	943,63	553,91	1378,06	1.931,97
Mauá	10,46	755,55	857,83	744,41	712,71	905,96	1.618,67
Ribeirão Pires	4,30	747,69	619,64	421,11	447,96	311,56	759,53
E. de São Paulo	8,73	1150,67	714,08	439,86	416,05	295,65	711,70

Fonte: <http://www.ssp.sp.gov.br/novaestatistica/Pesquisa.aspx>

guintes diretrizes:

i) Formular e implantar a Política Pública Municipal de Segurança e Convivência Social em coordenação e parceria com o Governo do Estado e a ampla participação dos setores representativos da sociedade com o propósito de definir as ações estratégicas, objetivos e metas que permitam o enfrentamento eficaz dos grandes problemas de criminalidade, delinquência e convivência cidadã que afetam a nossa população.

ii) Criação e implantação do Sistema Municipal de Monitoramento Integrado de (SMMI) que permita o acompanhamento e a avaliação do comportamento dos principais indicadores de segurança pública e convivência e a tomada oportuna de decisões articuladas por parte dos órgãos de segurança pública das diferentes esferas de governo.

iii) Transformar o Gabinete Municipal de Gestão Integrada num espaço efetivo de articulação estratégica entre os órgãos de segurança pública e demais setores das três esferas de governo que atuam em um município através da liderança direta por parte do Prefeito Municipal.

iv) Fortalecer a capacidade organizativa da Guarda Civil Municipal e sua atuação com as Polícias Civil e Militar através da implantação de planos táticos e operacionais

direcionados ao enfrentamento dos principais problemas de segurança pública nos diferentes bairros e regiões do município.

v) Desenhar e implantar um programa emergencial de segurança pública direcionado ao enfrentamento dos principais problemas de criminalidade, focalizando bairros, regiões e zonas de maior ocorrência em parceria com a Secretaria Estadual de Segurança Pública, trazendo e reforçando as ações como o Infocrim (Sistema de Informações Criminais), o Grupo Especializado de Atendimento a Locais de Crimes (Geacrim) e o Programa de Policiamento Inteligente (PPI) e Operação Homicídio.

vi) Em coordenação com o Governo do Estado, intensificar a presença das forças policiais em todas as regiões de Santo André através da implantação do programa Quadrante Seguro.

vii) Incrementar o efetivo nos bairros da cidade mediante a adesão ao Programa Operação Delegada através de convênio com a Polícia Militar que oficializa o segundo emprego do policial nos seus dias de folga.

viii) Reforçar e melhorar o monitoramento eletrônico por câmaras em pontos e zonas estratégicas do município e melhorar a iluminação pública.



DESENVOLVIMENTO URBANO E SUSTENTÁVEL

O desenvolvimento urbano e a sustentabilidade ambiental estão na agenda de nosso Programa de Governo como eixo fundamental para o desenvolvimento humano e qualidade de vida dos andreenses. Nossos objetivos são promover, através de um planejamento urbano de qualidade, o desenvolvimento equilibrado, sustentável e equitativo do município, a regulação e organização do espaço urbano, e a provisão adequada, oportuna e eficiente dos serviços públicos. Por isso, nosso grande desafio é enfrentar com eficácia os acentuados problemas relacionados com os deficientes processos de planejamento urbano, a violação da legislação ambiental e urbanística e os desequilíbrios na ocupação e no ordenamento ambiental e territorial de nosso município. Tudo isso conduz a exacerbar outros problemas na vida urbana de Santo André, tais como: déficit quantitativo e qualitativo habitacional, precariedade em equipamentos e serviços públicos, um meio ambiente pouco saudável e insegurança na mobilidade.

Assim, as transformações populacionais, sociais, econômicas e ambientais vivenciadas pelo município, nos últimos anos, nos coloca hoje em um contexto de grandes desafios para o desenvolvimento urbano e sustentável.

Segundo o Plano Diretor de Santo André, o município possui 175,78 km², dividido em duas áreas: (i) a área urbana, que ocupa 38,1% do território e que, segundo divisão administrativa, é dividida em dois distritos: Sede e Capuava; o distrito Sede é composto por dois sub-distritos: Santo André e Utinga, e (ii) a área dos mananciais, que ocupa 61,9%, sendo zona de proteção ambiental; segundo divisão administrativa, essa área compõe o Distrito de Paranapiacaba. A cidade é cortada pelos Rios Grande e Pequeno, que formam dois reservatórios do mesmo nome. Apesar da rica hidrografia, a maior parte da água para abastecimento de Santo André vem de longe, do Rio Piracicaba (Serviço Municipal de Saneamento Ambiental de Santo André, SEMASA). Em 2015, de acordo com dados do IBGE, Santo André atingiu uma população estimada de 685.606 habitantes, o que significa uma densidade populacional de 3.900 habitantes por quilômetro quadrado.

3.1 HABITAÇÃO

A moradia é um direito fundamental e Santo André requer soluções de habitação com qualidade para a sua população. Nosso objetivo é contribuir para a satisfação das necessidades humanas e sociais dos cidadãos, garantindo o acesso a uma moradia digna, que seja confortável e segura, e que atenda as condições ótimas de infraestrutura, equipamentos, saneamento básico e serviços urbanos, com espaço adequado para o tamanho do grupo familiar.

Visando cumprir o estabelecido no Art. 8º do Plano Diretor do Município (Lei nº 8.696 de 2014) sobre “garantir o direito universal à moradia digna, democratizando o acesso à terra e aos serviços públicos de qualidade”, e com o fim de melhorar a qualidade de vida da população que habita em condições inadequadas de moradia e em assentamentos subnormais, precisamos articular nossa política de habitação, urbanização e regularização fundiária com os programas e projetos de habitação implementados pelos governos federal e estadual e de acordo com a Constituição Federal e com as determinações do Estatuto da Cidade (Lei Federal nº 10.257/2001). Assim, contribuiremos para a redução dos déficits quantitativos e qualitativos de habitação existentes na cidade.

Segundo o Plano Municipal de Habitação de Santo André, há 155 assentamentos precários, divididos da seguinte forma: 96 favelas, 7 loteamentos irregulares, 32 núcleos habitacionais e 20 núcleos habitacionais regularizados. Em relação aos domicílios, há 28.493 domicílios em assentamentos precários.

De acordo com informações do mesmo Plano Municipal de Habitação e com base em informações do Censo de População de 2010, atualmente Santo André possui déficit habitacional quantitativo de 32.124 moradias. Isto é, mais de 32 mil famílias que moram em domicílios precários, em assentamentos precários, em coabitação familiar, com um ônus excessivo com aluguel ou em adensamento excessivo em domicílios alugados.

Mas, além do déficit habitacional, outro problema do nosso município é a qualidade da moradia: há 30.694 prédios com inadequação habitacional. Essa inadequação habitacional abrange 9.091 prédios com inadequação urbanística (redes de abastecimento de água, esgotamento sanitário, energia elétrica, iluminação pública, pavimentação, drenagem ou coleta de lixo insuficientes ou impróprias; existência de área de risco e carência de áreas verdes) e 21.603 com inadequação fundiária (falta de documentação que comprove a posse ou propriedade do imóvel, seja por razões legais, fundiárias e/ou de registro).

Em relação à demanda futura por novas moradias, é estimada uma projeção de 10.958 domicílios para o período 2015-2035: 6.723 moradias para famílias com renda de 0 a 3 salários mínimos e 4.235 para famílias com renda entre 3 a 5 salários mínimos.

Nosso compromisso visa garantir moradia digna com serviços públicos de qualidade e democratizar o acesso à terra urbanizada. Para isso, nossos programas e ações estratégicas no tema habitacional são:

i) Desenvolver programas e projetos de acesso à Habitação de Interesse Social (HIS), que visem elevar o bem-estar da população de baixa renda, articulados nos âmbitos federal, estadual e municipal.

ii) Viabilizar o acesso à terra urbanizada em áreas vazias ou subutilizadas para geração de programas habitacionais de interesse social, aplicando os instrumentos jurídicos e urbanísticos previstos no Estatuto da Cidade e no Plano Diretor do Município de Santo André.

iii) Promover o uso habitacional de interesse social em áreas centrais, através da reforma e reciclagem de prédios vazios ou subutilizados e a construção de novas moradias, segundo as diretrizes definidas no Plano Municipal de Habitação de Santo André.

iv) Construir moradias às famílias que moram em núcleos sub-habitacionais, identificando o tipo de construção necessária e, sempre que possível, realocando-as no próprio local. Não sendo possível, buscar alternativas na realocação das pessoas em outros pontos da cidade.

v) Promover o reassentamento de famílias residentes em áreas de risco e de proteção ambiental através da provisão de alternativas habitacionais.

vi) Estimular parcerias com as grandes construtoras que têm demonstrado interesse em construções habitacionais em nossa região, identificando os locais que têm apelo comercial para que as construtoras recebam a área com

as infraestruturas para edificações voltadas a comercialização e, em contrapartida, construiriam as habitações populares de acordo com as necessidades identificadas pela Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação.

vii) Fortalecer a Empresa Municipal de Habitação Popular (EMHAP) da Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação com o propósito de melhorar a capacidade institucional na política habitacional. Para tanto, analisar o Estatuto e implementar as alterações necessárias para esta finalidade, visando dar à EMHAP a condição de construtora com habilitação para tomar empréstimo da CEF com o objetivo de implementar a construção de habitações de interesse social.

viii) Realizar convênios com os governos estadual e federal a fim de viabilizar a captação de recursos para financiamento de projetos de construção e/ou melhoramento de moradias, ampliação de redes de saneamento básico e equipamentos urbanos complementares necessários para melhorar as condições de moradia da população de baixa renda.

ix) Implantar programas de promoção da regularização fundiária das áreas públicas e particulares ocupadas por famílias em assentamentos habitacionais precários e irregulares.

x) Incentivar e dar estrutura e assistência jurídica e técnica a processos de mutirão e constituição de cooperativas habitacionais e similares para agilizar a construção, reforma ou ampliação de moradias, e assim atender as necessidades habitacionais das pessoas.

xi) Instituir e articular um sistema de informações e cadastro de beneficiários sobre habitação nas esferas federal, estadual e municipal para subsidiar o planejamento, gestão e monitoramento das ações no âmbito da Política de Habitação e Regularização Fundiária no município.

xii) Articular com as outras secretarias afins o controle e monitoramento das áreas pertencentes ao patrimônio municipal e das áreas de risco, evitando processos de ocupação.

xiii) Fortalecer a coordenação das ações do Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social e da Conferência Municipal de Habitação, além de fomentar a consolidação e/ou criação de novos mecanismos e instrumentos de participação da comunidade na formulação e implantação de projetos habitacionais.

xiv) Implementar estratégias orientadas a diminuir a evasão dos mutuários após receberem suas moradias.

3.2 MEIO AMBIENTE

Nosso propósito é trabalhar para conter a degradação ambiental do nosso território, cuja riqueza natural diversa devemos preservar e utilizar racionalmente. No entanto, o equilíbrio ambiental do nosso município está ameaçado, sendo necessária uma ação contínua e eficaz para deter a degradação. Não há desenvolvimento quando o ambiente é prejudicado. Nessa direção, é evidente que persistem problemas de deficiências no planejamento e gestão para a conservação e sustentabilidade ambiental e o uso responsável dos recursos naturais. Santo André ainda deve trabalhar muito para defender a sustentabilidade do seu território, enfrentando problemas, como a gestão inadequada dos recursos hídricos e dos ecossistemas estratégicos, a má utilização dos recursos ambientais, a insuficiente cultura ambiental na população e as deficiências na gestão estratégica nos serviços públicos. Tudo isso está impactando na qualidade de vida da população e na sustentabilidade ambiental.

A população reclama também da Administração Municipal diante do enfrentamento de outros problemas, como o descarte irregular de lixo, águas e parques tomados por detritos, sacos de entulho, lixo diverso, matagal, lagos com cheiro ruim, desmatamento, áreas que estão contaminadas com chumbo e cobre, solventes aromáticos no subsolo e águas subterrâneas, entre outros problemas ambientais que provocam degradação ambiental, poluição, enchentes e problemas de saúde pública.

Nosso compromisso visa gerar as condições necessárias para mitigar os impactos ambientais da atividade urbana na procura da sustentabilidade e o melhoramento da qualidade de vida de nossa população andreense. Para isso, nossos programas e ações estratégicas no tema ambiental são:

i) Criar a Secretaria Municipal de Meio Ambiente, congregando a vasta agenda de ações relacionadas com gestão da qualidade ambiental, segurança ambiental e ciência, educação e tecnologia ambiental.

ii) Desenhar e implantar um Plano de Comunicação da Secretaria Municipal de Meio Ambiente a fim de divulgar suas ações e facilitar a ampla participação popular nas políticas ambientais implementadas pela municipalidade.

iii) Implantar a Agenda 21 com comprometimento concreto do Poder Público na sua efetivação, com especial enfoque nos aspectos de:

• *Poluição atmosférica*

• *Água*

• *Contaminação do solo*

• *Implantação do Centro Tecnológico*

• *Orientação dos processos de ocupação, assentamento e utilização do território municipal, de modo a impedir a expansão em ecossistemas estratégicos*

• *Orientação e controle, com critérios de sustentabilidade, dos processos de produção, comércio e consumo no município.*

iv) Fomentar a Economia Verde.

v) Apoiar e consolidar as iniciativas sociais, entre outras muitas diferentes formas de parcerias, em torno de preservar o meio ambiente.

vi) Implementar um projeto de educação ambiental contínuo a fim de elevar a consciência ambiental na população, com pessoal e estrutura condizentes com a meta de disseminar seu conteúdo na rede de escolas municipais, parques públicos e em pontos de interesse, como em bases nas regiões de mananciais.

vii) Regulamentar o uso de caçambas com resíduos da construção civil mediante utilização de tecnologia de rastreamento e geoprocessamento para controle e responsabilização pelo destino, o qual deverá ser determinado pelo Poder Público.

viii) Inserir a prática do reaproveitamento de resíduos nos processos de triagem do material de construção civil nos pontos determinados de coleta.

ix) Difundir o uso dos ecopontos e acrescentar à lógica dos pontos fixos o “bota-fora” itinerante para viabilizar a coleta in loco para os munícipes que não disponham de meios para levar os resíduos até o local fixo.

x) Promover as adequações necessárias à retomada do licenciamento ambiental municipalizado, instaurando medidas de desburocratização e transparência.

xi) Promover um plano de arborização com intervenção direta do Poder Público e incentivo à desburocratização e participação popular, utilizando espécies nativas e apropriadas às necessidades de passeio, iluminação e parques.

xii) Viabilizar os “cachorródromos” – espaços em parques públicos para serem desfrutados pelos animais com seus donos.

xiii) Efetivar a política pública de zoonoses, com especial destaque para as ações de castração.

3.3 SANEAMENTO BÁSICO E SERVIÇOS PÚBLICOS

No Brasil, o saneamento básico é um direito assegurado pela Constituição e definido pela Lei nº. 11.445/2007 como o conjunto dos serviços, infraestrutura e instalações operacionais de abastecimento de água, esgotamento sanitário, limpeza urbana, drenagem urbana, manejo de resíduos sólidos e de águas pluviais. Nessa perspectiva, a missão da Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental (SNSA) do Ministério das Cidades é garantir os direitos fundamentais de “acesso à água potável em qualidade e quantidades suficientes e à vida em ambiente salubre nas cidades e no campo”. Portanto, uma política municipal de serviços públicos deve ter como objetivo cumprir as diretrizes nacionais para o saneamento básico, no que se destacam os princípios fundamentais de universalização do acesso; abastecimento de água, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo dos resíduos sólidos (realizados de forma adequada à saúde pública e à proteção do meio ambiente e disponibilidade), em todas as áreas urbanas, de serviços de drenagem e de manejo das águas pluviais (adequados à saúde pública e à segurança da vida e do patrimônio público e privado).

Segundo dados de março de 2016 do SEMASA (Serviço Municipal de Saneamento Ambiental de Santo André) e da SEADE, o município possui 38 reservatórios, 1.860 km de extensão da rede de água, 188.936 ligações de água ativas, 302.938 economias ativas atendidas e 98% da população conectada ao sistema distribuidor (693.461 pessoas). Mas Santo André sofre com o problema da precariedade de abastecimento d’água em vários bairros, atingindo casas e escolas. Recentemente, a SABESP (Companhia de Saneamento Básico de São Paulo) fez uma ampliação na capacidade de oferta de água, mas ainda não consegue atender as demandas de todas as famílias andreenses.

A dívida da prefeitura com a Sabesp é de R\$ 3,2 bilhões, o que contribui para a crise no abastecimento. Nossa gente não pode mais passar por isso. Por isso é preciso resolver esses problemas de cunho administrativo, ou seja, equalizar essa dívida e assim levar água potável às casas das pessoas. Por outro lado, desde 1º de junho de 2016 o morador de Santo André começou a pagar mais caro pela conta de água por causa do reajuste de 9,83% do Semasa, autorizado pela prefeitura. Em julho do ano passado, esse aumento já foi de 23%. Isso deixa a população numa situação difícil.

Quanto ao esgoto domiciliar, são 1.241 km de extensão

da rede de esgoto, 186.563 ligações e um nível de atendimento de 98% da população (mais de 680 mil pessoas). 45% do esgoto é tratado pela empresa estadual na ETE (Estação de Tratamento de Esgoto) ABC, na divisa entre São Paulo e São Caetano. Em relação ao sistema de drenagem, são 416 km de extensão da rede de drenagem.

**Santo André:
Número de Ligações de Água
e Esgoto por Classe de Consumidor
Janeiro a Dezembro de 2014**

	Total Água	Total Esgoto
Residencial	150.649	150.116
Comercial	17.436	17.392
Industrial	1.896	1.920
Órgãos Públicos	597	554
Grandes Consumidores	186	221
Favelas	18.172	16.360
Total Ligações	188.936	186.563

Fonte: SEMASA. Anuário de Santo André, 2015.

Em relação à gestão do lixo no município, de acordo com informações da Secretaria do Estado de Meio Ambiente, Santo André apresentou no ano de 2012 um Índice de Gestão de Resíduos (IGR) de 6,7, sendo classificado em categoria mediana. Todos os municípios do ABC Paulista estão em categoria mediana, exceto São Bernardo (7,6) e Mauá (7,5) com pontuação eficiente; mesmo São Paulo, a capital, tem melhor índice (7,9). Destaca-se que 100% da população de Santo André é atendida por serviço de coleta de lixo. São coletadas 963,42 toneladas de lixo por dia e a produção per capita por dia é de 1.366,66 g. No entanto, a situação do lixo em Santo André deve ser melhorada em relação à geração, coleta, tratamento e destinação final, bem como o nível estratégico e tecnológico de sua gestão.

Segundo dados do SEADE, 98,2% da população vivem em domicílios com banheiro e água encanada e 0,23% das pessoas estão em domicílios com abastecimento de água e esgotamento sanitário inadequados. Por outro lado, nossa cidade sofre com o problema grave das frequentes enchentes. Assim, é evidente que não existe planejamento de qualidade para resolver esse problema das inundações, pois a saída não é apenas construir piscinões.

Por outro lado, as praças estão abandonadas e sem manutenção da Administração Municipal. As pessoas têm deixado de frequentar esses locais, porque o cenário é lamentável: estão cheios de mato alto, lixo espalhado pelo chão, criadouros de mosquitos, proliferação de animais devido ao acúmulo de lixo, presença de moradores de rua, usuários de drogas e ainda servem como esconderijo de



O Índice de Gestão de Resíduos (IGR) é elaborado pela Secretaria do Estado de Meio Ambiente com a finalidade de avaliar o processo ambiental da gestão dos municípios em relação ao lixo. O IGR é um índice composto por indicadores de resíduos sólidos, que avaliam Instrumentos para a Política de Resíduos Sólidos, Programas, Coleta e Triagem, e Tratamento e Disposição Final. Esse índice está dividido em três categorias: ineficiente (menor ou igual a 6,0 pontos), mediana (de 6,0 a 8,0) e eficiente (de 8,0 a 10).

ladrões. Além de tudo, os aparelhos estão sem manutenção e as paredes, canchas, pistas de skate e os brinquedos encontram-se em estado ruim. Todos esses problemas tornam difícil para a população exercer atividades de lazer e recreação nas praças.

Nosso compromisso visa promover o uso racional e eficiente dos serviços públicos de saneamento básico, apostando no desenvolvimento de ferramentas de planejamento e identificando as principais obras a serem realizadas em saneamento básico e serviços públicos durante os quatro anos da Administração para avançar tanto em qualidade como cobertura. Para isso, nossos programas e ações estratégicas são:

i) Dar solução estrutural ao problema de gestão da água potável de Santo André, analisando e explorando a melhor opção institucional para que os andreenses disponham de 100% de cobertura e abastecimento regular, pois nosso dever será garantir à população qualidade de vida com obras e serviços de fornecimento de água potável.

ii) Acelerar a implantação do sistema de tratamento de esgoto da cidade, garantindo o cumprimento da meta até o final de 2022, que é chegar a 100%, garantindo assim à população qualidade de vida com obras e serviços de esgoto tratado.

iii) Implementar ações de drenagem eficiente nos locais que sofrem grandes problemas de água represada, segundo resultados de um estudo minucioso do solo de Santo André. Além disso, estruturaremos uma equipe forte para atuar na limpeza dos córregos, com envolvimento da comunidade.

iv) Fortalecer o sistema de geração, coleta, tratamento e destinação final do lixo:

- Fortalecer o nível estratégico e tecnológico da gestão do lixo.

- Construir mais galpões para as nossas cooperativas trabalharem. Isso irá gerar mais autonomia para os cooperados e aumentar o quadro de funcionários. Além disso, dar mais estrutura, como veículos e prensa para reciclagem.

- Ampliar os postos de entrega e estações de coleta.

v) Realizar campanhas maciças de conscientização ambiental da comunidade em relação ao bom uso e desperdício de água e à destinação correta dos resíduos (incluindo coleta seletiva de lixo e reciclagem). Serão levados materiais didáticos sobre esses temas para crianças e jovens nas escolas de Santo André. Todo recurso natural é escasso e devemos sempre preservar a vida.

vi) Promover projetos sobre opções alternativas de geração de energia limpa e barata.

vii) Implantar programas e ações de recuperação e manutenção das praças de Santo André com uma equipe forte e apoiada por um cronograma. A cidade é como a nossa casa: precisa de cuidados e de organização. Só assim conseguimos viver nela.

viii) Implantar projetos e ações de continuidade e melhoramento da iluminação pública no município. Para isso será feito um levantamento dos locais que ainda estão na escuridão. Uma cidade iluminada leva bem-estar às pessoas e, inclusive, diminuiu a criminalidade, pois a maior incidência da violência está em locais com pouca iluminação.

3.4 MOBILIDADE

A mobilidade é uma das dimensões do ordenamento territorial do município e afeta diretamente a qualidade de vida de seus habitantes. Um planejamento urbano adequado relacionado com a mobilidade compreende o estado adequado da infraestrutura viária, a reorganização da rede municipal de transporte público, os melhores fluxos de tráfego e tempos de viagem, os modos alternativos de mobilidade e adequação dos espaços públicos, entre outros.

Santo André é uma cidade privilegiada pelo transporte público estadual, que corta a cidade de Norte a Sul e de Leste a Oeste pelas linhas CPTM e Trólebus, com três estações da CPTM: Utinga, Prefeito Saladino e Prefeito Celso Daniel, além da Estação Capuava, que se localiza na divisa com o Município de Mauá.

No entanto, Santo André, como todos os municípios da Região do Grande ABC, apresenta grandes problemas de mobilidade. Devemos resolver isso, reconhecendo a importância dos sistemas de transportes coletivos e não motorizados dentro de uma cidade como a nossa para nos deslocarmos de forma segura e eficiente e contribuir para o meio ambiente e a qualidade do ar. Assim, todas as iniciativas em mobilidade devem ter uma perspectiva global e sustentável a partir de um verdadeiro sistema de transporte público integrado, que reconheça a importância do pedestre e do uso de meios alternativos de transporte para a mobilidade da cidade. Isso significa promover em nosso município um modelo de mobilidade urbana sustentável e coerente com a Lei Federal nº 12.587, de 2012, que tem como objetivo “contribuir para o acesso universal à cidade, o fomento e a concretização das condições que contribuam para a efetivação dos princípios, objetivos e diretrizes da política de desenvolvimento urbano, por meio do planejamento e da gestão democrática do Sistema Nacional de Mobilidade

Urbana” (Artigo 2º). A mobilidade urbana sustentável visa principalmente reduzir os impactos sociais e ambientais (emissão de agentes poluidores, sonoros e atmosféricos) da mobilidade motorizada existente, priorizar os modos de transportes coletivos, a pé e de bicicleta, reduzir as necessidades de deslocamento motorizado (especialmente de automóvel particular) e promover a eficiência e a qualidade nos serviços de transporte público.

Mas o atual modelo de mobilidade urbana adotado em Santo André é insustentável devido à baixa prioridade dada ao transporte coletivo e ao transporte urbano não motorizado e à baixa produtividade do transporte público. Temos uma cultura voltada ao carro, que se expressa no aumento da motorização individual (automóveis e motocicletas). Essa condição compromete a qualidade de vida dos nossos moradores ao aumentar os riscos à saúde pública e afetar nosso meio ambiente. Em nosso município prevalece um sistema urbano de transporte motorizado individual que se mostra insustentável ambiental e socialmente, acarretando perda de tempo, acidentes de trânsito e estresse, entre outros problemas.

No atual modelo de transporte público, a maioria das linhas passa pelo centro da cidade, sendo de um bairro para outro ou para o terminal rodoviário localizado junto à estação Celso Daniel. Os congestionamentos constantes nos principais corredores são provocados pelo grande fluxo de carros nas viagens intermunicipais, aliado às interrupções do fluxo causadas pelos cruzamentos em nível e pela pequena quantidade de comunicação viária entre os municípios. De Santo André para São Bernardo do Campo, por exemplo, toda comunicação viária se concentra basicamente em três corredores: Pereira Barreto, Avenida Atlântica e Avenida Prestes Maia.

Uma reclamação frequente dos andreenses é em relação às linhas de ônibus da nossa cidade. Atrasos e demoras estão entre as principais queixas. Vamos mudar esse setor em Santo André. Enquanto estivemos na Secretaria de Mobilidade, fizemos alguns avanços em nosso transporte público municipal, mas a atual gestão não nos permitiu muito. Para se ter uma ideia, os itinerários dos ônibus são os mesmos dos anos 1990. Há um atraso de mais de 20 anos. Atualmente, os ônibus do transporte de Santo André fazem 5 milhões de viagens. Temos o apoio da rede intermunicipal. Eles ajudam bem, afinal, 37% da população da nossa cidade trabalham fora. Mas, mesmo assim, o transporte intermunicipal, que inclui a CPTM, tem que melhorar.

Santo André tem mais de 500 mil veículos, com 1,8 carros para cada habitante. Segundo dados do SEADE, no período 2002-2015, a frota total de veículos no município

cresceu 82,2%, sendo que a frota de automóveis teve um crescimento de 65% e a das motocicletas e assemelhados, um aumento considerável de 239%. Em suma, a frota de automóveis e motocicletas cresceu para 80,4% durante um período de 13 anos. O crescimento contínuo da frota vem provocando distúrbios na circulação dos usuários do sistema viário. Em 2015, os automóveis lideraram a participação na frota total de veículos, com 71,3%, seguidos das motocicletas e assemelhados, com 14,3%. Esses dados demonstram o grande problema do tratamento privilegiado ao transporte motorizado individual e o descaso com os demais modos de transporte no município.

Santo André: Frota Total de Veículos e % de Crescimento da Frota 2002 e 2010 – 2015

Ano	Frota Total de Veículos	Frota de Automóveis	Frota de Motocicletas e Assemelhados
2002	274.723	216.386	21.090
2010	417.385	304.706	56.145
2011	442.533	319.785	60.905
2012	467.575	336.345	65.133
2013	485.765	347.984	68.110
2014	493.654	352.905	69.840
2015	500.585	356.985	71.472

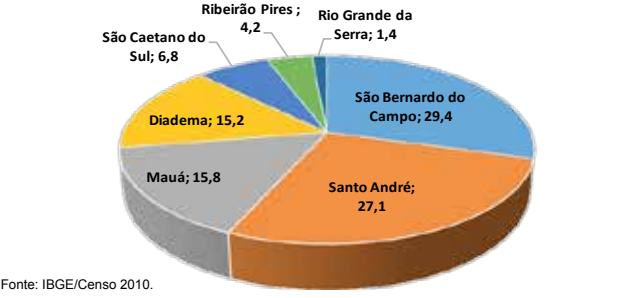
Fonte: SEADE.

O Censo 2010 contabilizou 264.359 pessoas ocupadas fora do domicílio e, desse total, 55.140 moradores, ou 20,9%, gastavam um tempo habitual de deslocamento diário de mais de uma hora de seu domicílio ao trabalho e o retorno.

Santo André: Tempo Habitual de Deslocamento das Pessoas Ocupadas, Censo 2010



Grande ABC: % de Participação na Distribuição de Viagens por Município (Pesquisa 2007 OD da RMSP)



Fonte: IBGE/Censo 2010.

Segundo o Plano Diretor de Mobilidade da Região do Grande ABC, elaborado pelo Consórcio Intermunicipal Grande ABC, os moradores de Santo André realizavam diariamente, no ano de 2007, um total de 1.530.932 viagens; isto é, 27,1% do total de viagens realizadas no Grande ABC. Esses dados só são superados no ABC pelo município de São Bernardo do Campo (29,4%).

De acordo também com informações do Plano Diretor de Mobilidade da Região do Grande ABC, segundo utilização dos modos de transporte nos municípios do Grande ABC, em Santo André se apresentava uma maior utilização do transporte individual (39,6%), valor só superado por São Caetano do Sul (50,6%). Enquanto o uso do transporte coletivo era de 30% no nosso município. Em relação aos transportes não motorizados, Mauá apresentava a maior utilização (47,0%), seguida por Rio Grande da Serra (41,9%) e Diadema (41,8%); mas em Santo André atingia apenas 30,4%.

Para o desafio do desenvolvimento urbano e da sustentabilidade ambiental de Santo André, o nosso Programa de Governo apresenta os seguintes compromissos e propostas:

i) Articular com o Governo do Estado para acelerar a conclusão das obras da Linha 18-Bronze do Metrô, que ligará o Grande ABC à Capital por monotrilho.

ii) Reestruturar o atual modelo de transporte público da cidade, contemplando:

- Ampliar a frota de ônibus.

- Revisar e traçar novos itinerários e percursos, e aumentar as faixas exclusivas para as linhas de ônibus da nossa cidade, visando encurtar viagens, aumentar as integrações e diminuir atrasos para que o transporte público seja atrativo, forçando as pessoas a deixarem os carros em casa. Assim teremos uma cidade mais justa, com trânsito melhor e menos poluição.

- Transformar o sistema de transporte coletivo para um sistema circular, em que os ônibus circularão nos bairros sempre no sentido dos corredores Trólebus e CPTM. Para isso deverão utilizar os terminais já existentes, o corredor da Pedro de Toledo e construir outros miniterminais, se necessário. Evitaremos, assim, o grande fluxo de ônibus no centro da cidade, além de melhorar a qualidade de vida das pessoas no trânsito e na redução do tempo despendido no transporte. Esse novo modelo exige uma intervenção física no centro da cidade com um viaduto específico para o Trólebus, evitando, assim, que ele continue disputando o mesmo espaço dos carros e bicicletas do final da Ramiro Coleone até o início da Rua Antonio Cardoso.

- Com o fim de incentivar o uso do transporte público, construir ao longo dos corredores do centro da cidade bolsões de estacionamento para que os usuários do transporte público possam deixar seus veículos e bicicletas com segurança e utilizem o transporte público, consequentemente despendendo um tempo menor para as suas viagens diárias.

- Buscar através da CPTM a volta da estação Pirelli, construindo no local um terminal rodoviário e cobrando do governo maior agilidade na implantação da linha bronze do metrô para integrar a rede de transporte coletivo.

- Implementar e divulgar mapas com o itinerário e horário nos pontos e dentro dos ônibus, além de aplicativos com as mesmas informações, visando um maior aproveitamento do transporte coletivo.

iii) Garantir a construção e conclusão das obras de ampliação de capacidade do Viaduto Antônio Adib Chammas, que liga o Centro ao 2º subdistrito: construção da 2ª pista.

iv) Garantir a construção e conclusão das obras do Complexo Viário Santa Terezinha: construção de 2 viadutos sobre a rotatória do Bairro Santa Terezinha, visando liberar o tráfego da Av. dos Estados. Isso permitirá trazer novos investimentos e a entrada e saída do Porto de Santos.

v) Paralela da Avenida Industrial: criação de avenida paralela à Av. Industrial, junto à ferrovia, da Estação Prefeito Saladino até a Rua Itambé. Faria uma ligação e desafogaria a Rua Castelo Branco.

vi) Implantação de corredor de transporte regional na pista marginal direita do Córrego dos Meninos e transposições, no trecho entre a Rua Abraão Delega e divisa com SBC, considerando a futura linha 18-Bronze do Metrô.

vii) Construção da nova Estação da CPTM ABC Pirelli para absorver integrações com o litoral no final do corredor Guarará e Vila Luzita. Irá absorver 40% dos usuários do trem da CPTM que vem do centro da cidade para a estação Celso Daniel.

viii) Criar um amplo programa de recuperação das nossas calçadas, devolvendo a elas a função de passeio público, eliminando os desníveis, os buracos e a utilização das mesmas como extensão de estabelecimentos comerciais, evitando, assim, que os pedestres utilizem as faixas de rolamento destinadas aos veículos e bicicletas, proporcionando mobilidade com segurança.

ix) Ampliar e melhorar os projetos de recuperação asfáltica e de novas pavimentações da malha viária nos bairros e regiões da cidade.



x) Implementar equipamento tipo corrimão nas calçadas com forte inclinação, facilitando a mobilidade de portadores de necessidades especiais e idosos.

xi) Retomar o ciclismo como um modal de transporte, através dos seguintes projetos e ações:

- Implantar e ampliar as ciclovias e ciclofaixas de lazer na cidade.

- Realizar campanhas de conscientização orientadas a motoristas e ciclistas: para motoristas respeitarem os ciclistas e ciclistas respeitarem também a legislação de trânsito.

- Construir novos bicicletários, com mais segurança, para a interligação com o transporte coletivo.

- Instalar suportes para transporte de bicicletas nos ônibus para aqueles que usarão as mesmas depois do per-

curso no transporte coletivo.

- Proporcionar maior segurança aos ciclistas promovendo manutenção nas vias públicas.

- Construir ciclovias que liguem os parques da cidade.

xii) Melhorar o sistema de sinalização e fiscalização do trânsito da cidade visando melhorar a mobilidade urbana.

xiii) Retomar o transporte de portadores de deficiências por meio das vans.

xiv) A fim de aumentar a segurança, serão iluminadas as passagens de pedestres de maneira que fique mais visível para os motoristas.

xv) Ampliar e fortalecer os programas de educação no trânsito com o propósito de melhorar as condições de mobilidade e reduzir os acidentes nas vias.



DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

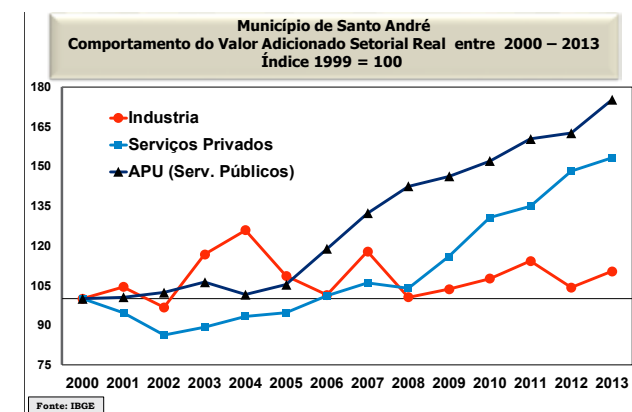
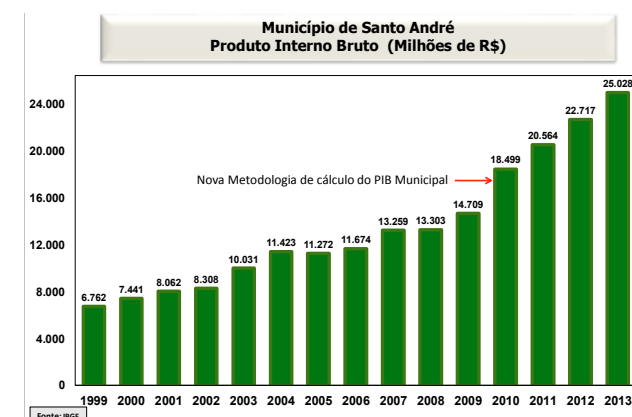
A forte desaceleração econômica que Santo André atravessa é reflexo do atual cenário de crise econômica e social que enfrenta o Brasil e que também repercute com força no Estado de São Paulo, na Região Metropolitana de São Paulo e no ABC. Essa situação da dinâmica econômica do município é refletida na queda dos seus principais indicadores econômicos: PIB e emprego. Por esse motivo, o município deve enfrentar enormes desafios nos próximos anos, relacionados com a dinâmica de emprego, de negócios e produtiva, que exigem a participação ativa do setor público, liderado pela Administração Municipal. Por isso, nosso propósito é incentivar o desenvolvimento econômico de qualidade: atrair as empresas de volta para o município e gerar mais oportunidades ao povo andreense.

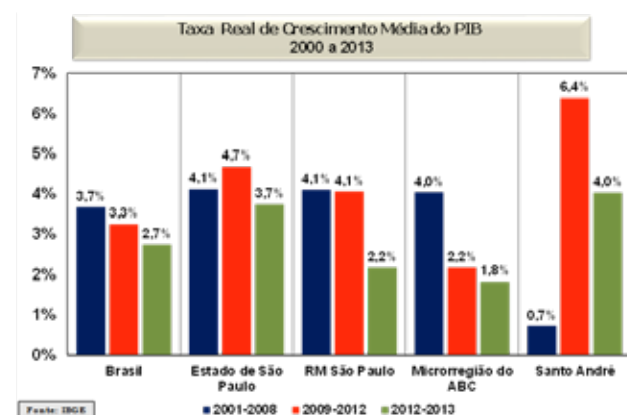
A economia do nosso município passa por um processo de transformação de seu perfil produtivo, com incremento do setor de serviços e comércio e a perda do dinamismo industrial. No setor de serviços, destacam-se em Santo André empresas e novos empreendimentos dedicados à contratação e recolocação de mão de obra; serviços de escritório; serviços de teleatendimento; serviços de cobrança; gestão de ativos intangíveis não financeiros; vigilância; limpeza de prédios e domicílios; e atividades paisagísticas. No setor de comércio, destaca-se o comércio varejista que agrega menos valor à economia local e escassa exigência de mão de obra qualificada quando comparada à atividade industrial. Aos poucos, o atual quadro econômico mostra a diminuição do número de fábricas e empresas com o enfraquecimento do setor industrial, uma situação que tem contribuído para reduzir as oportunidades de trabalho e a qualidade do emprego.

Os dados demonstram esta situação crítica da economia em Santo André. Entre 2009 e 2013, o PIB municipal de Santo André apresentou uma importante recuperação, com um crescimento médio anual de 5,9% em valores reais, superando o crescimento do País (3,15%), do Estado de São Paulo (4,5%), da Região Metropolitana (3,7%) e da Região do ABC (2,1%).

Porém a dita expansão econômica do município foi gerada pela acelerada expansão do setor de serviços que, no período 2010-2013, teve um ritmo médio de crescimento anual de 7,5%. Pelo contrário, neste mesmo período a in-

dústria de Santo André cresceu a uma taxa média anual de apenas 1,7%. Como resultado desta tendência, o setor industrial de Santo André está cada vez mais perdendo participação no PIB municipal, gerando uma queda na qualidade e na remuneração dos empregos. Efetivamente, a última medição do PIB municipal, de 2013, publicada pelo IBGE, dá conta da contínua redução do peso da indústria no valor adicionado total de Santo André e o correspondente incremento da participação dos serviços. Entre 2000 e 2013, a participação da indústria no valor adicionado municipal passou de 36,4% a 26,4%, uma queda de 10%. No sentido contrário, o mesmo indicador dos serviços se incrementou de 63,6% a 73,6%, um acréscimo de 10%. Em geral, a participação do valor adicionado de Santo André na atividade econômica do Estado de São Paulo vem caindo continuamente, acarretando queda nos recursos repassados para Santo André referentes ao ICMS, complicando ainda mais as finanças municipais, que padecem diante de uma enorme dívida.



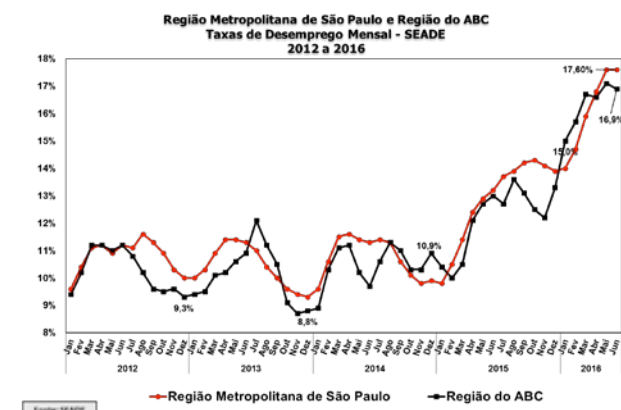


Entre 2010 e 2013, Santo André manteve-se em 10º lugar no ranking do PIB municipal Paulista, enquanto, em 1999, ocupava uma posição melhor (8º lugar):

Por outro lado, o problema do desemprego no ABC é crítico. De acordo com a Pesquisa de Emprego e Desemprego da SEADE, em junho de 2016, a taxa de desemprego total no ABC chegou a 16,9% (243 mil pessoas desempregadas); isso significa um preocupante acréscimo de 74,2% na taxa de desemprego, se comparada com a obtida em junho de 2014, quando atingiu 9,7% (136 mil pessoas desempregadas).

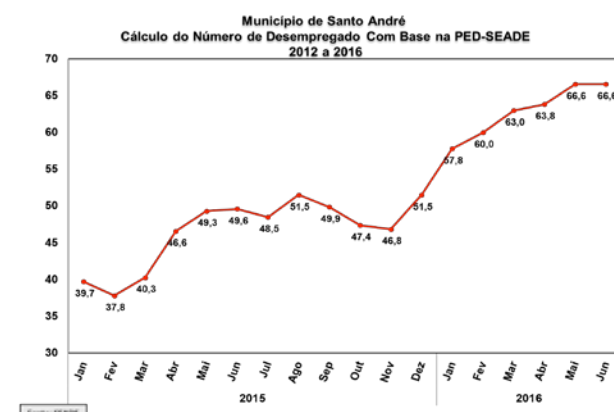
Ranking do PIB Municipal Paulista 1999, 2010 e 2013 (Miles de R\$)								
1999			2010			2013		
No	Municípios	PIB	No	Municípios	PIB	No	Municípios	PIB
1	São Paulo	150.947.372	1	São Paulo	446.958.815	1	São Paulo	570.706.192
2	Guarulhos	12.076.909	2	Osasco	45.140.281	2	Osasco	55.515.707
3	Campinas	11.361.667	3	São Bernardo do Campo	42.559.739	3	Campinas	51.347.711
4	São José dos Campos	10.309.957	4	Guarulhos	36.796.447	4	Guarulhos	49.392.842
5	São Bernardo do Campo	9.877.697	5	Campinas	36.616.377	5	São Bernardo do Campo	47.668.531
6	Barueri	9.032.253	6	Barueri	31.893.775	6	Barueri	44.118.662
7	Osasco	7.888.449	7	São José dos Campos	25.796.747	7	Jundiaí	36.622.896
8	Santo André	6.762.395	8	Jundiaí	23.855.396	8	São José dos Campos	27.401.017
9	Ribeirão Preto	4.932.713	9	Sorocaba	18.670.200	9	Sorocaba	26.908.887
10	Santos	4.800.727	10	Santo André	18.499.215	10	Santo André	25.027.925
11	Jundiaí	4.799.241	11	Ribeirão Preto	17.544.632	11	Ribeirão Preto	23.510.302
12	Sorocaba	4.619.727	12	Paulínia	14.685.207	12	Piracicaba	20.273.704
13	Diadema	3.549.559	13	Santos	13.312.005	13	Santos	19.265.873
14	São Caetano do Sul	3.067.075	14	Piracicaba	12.251.552	14	São Caetano do Sul	15.306.267
15	Piracicaba	2.972.417	15	Taubaté	11.825.635	15	Taubaté	14.988.466

Fonte: IBGE



Com base em cálculos realizados a partir da Pesquisa de Emprego e Desemprego da Fundação SEADE, o município de Santo André tinha um total de 39.723 pessoas desempregadas em janeiro de 2015, contra 66.570 em junho deste ano. Esses números representam um dramático 67,6% no crescimento de desempregados. O maior desemprego dos últimos 10 anos. Este nível de desemprego alcançado no município constitui um dos maiores desafios que devemos enfrentar durante nosso governo. Sabemos que a problemática do desemprego é de ordem nacional e que sua redução depende da efetividade das políticas macroeconômicas adotadas pelo governo federal. Porém

a Administração Municipal pode contribuir com a sua mitigação através de programas que incentivem a atração e fixação de empreendimentos produtivos no município e com ações de formação e qualificação profissional.



Olhando para a situação da aceleração do desemprego em Santo André, são claros os impactos negativos da grave recessão econômica que vem enfrentando o Brasil e que tem gerado uma forte queda na geração do emprego formal com carteira assinada. Assim, de acordo com as informações do Caged, no primeiro semestre do presente ano, o município registrou um saldo negativo de

4.420 vagas de emprego formal, o segundo maior saldo negativo dos municípios região do ABC, sendo São Bernardo do Campo quem apresentou a maior quantidade de demissões (-7.842).

Analisando o comportamento do emprego formal por atividade econômica de Santo André durante os últimos dezessete anos, podemos evidenciar um marcado processo de desindustrialização, observado também na tendência da estrutura do PIB municipal. Efetivamente, de acordo com o Caged, a participação do emprego industrial no total de empregos com carteira assinada gerados no município passou de 23,4% em 2000 a 17,5% em 2010 e a 13,8% no primeiro semestre de 2016, uma perda de 10 pontos porcentuais em todo o período. Pelo contrário, os serviços aumentaram paulatinamente sua participação de 52,4% a 58,0% e a 61,5% nos respectivos anos mencionados.

A perda do emprego industrial acentuou-se durante o último ano como resultado da crise econômica que vem afetando o Brasil, gerando demissões maciças nas empresas industriais da região e do município. Entre junho de 2015 e junho de 2016, os resultados do Caged mostram que foi perdido um total de 3.496 vagas de emprego formal na indústria andreense, cifra que representa 79,1% da perda total de vagas do município. No ABC, a perda de vagas industriais neste mesmo período chegou a 21.726, sendo São Bernardo do Campo e Diadema os dois municípios com maiores perdas, 7.060 e 6.280, respectivamente.



Os comportamentos anteriores têm levado a uma perda da competitividade e da atratividade dos salários e dos empregos formais do município. A média dos rendimentos dos empregados formais de Santo André passou de 83% da média dos rendimentos na Região Metropolitana em 2003 a 78% em 2015. No entanto, diversas ações locais em nível municipal têm feito a diferença e dinamizado regiões que apresentam crescimento acima da média nacional.

É o momento de retomarmos o crescimento com mais emprego e oportunidades e, assim, melhorar a qualidade

de vida dos andreenses. Temos a convicção e o compromisso de fazer uma gestão melhor e recolocar Santo André no caminho do desenvolvimento econômico. Por isso, vamos trabalhar para combater o desemprego através da promoção de estratégias que levem ao fortalecimento dos distintos setores econômicos. Vamos implantar estratégias que nos permitam trazer e fixar empresas com alto valor tecnológico e com capacidade de geração de emprego produtivo e bem-remunerado. Com o propósito de atingir estes objetivos, nos comprometemos com as seguintes propostas no tema do desenvolvimento econômico:

i) Implementar ações e estratégias orientadas a transformar Santo André num Polo Tecnológico:

- *Conferir sinergia entre os setores público, acadêmico e empresarial, delineando um perfil para o Polo e definindo uma empresa “âncora” para se instalar no Parque Tecnológico.*

- *Promover a integração efetiva entre a Incubadora de Empresas, o Parque Tecnológico, empresas e setor acadêmico.*

- *Promover a integração entre universidades locais, em especial a Fundação Santo André, a Universidade Federal do ABC e a Faculdade de Medicina do ABC, visando direcionar suas pesquisas de modo a atender as necessidades do Setor Produtivo.*

- *Fortalecer a INNOVA: estabelecer que a Incubadora de Empresas de Santo André - INNOVA - passe a abrigar apenas projetos-piloto de inovações passíveis de patenteamento, assegurando que o município se torne efetivamente um Polo Tecnológico no Estado de São Paulo, gerador de tecnologias de produtos, processos e gestão.*

ii) Disseminar a cultura empreendedora na nossa cidade. Um dos grandes desafios será promover o espírito empreendedor nos cidadãos do nosso município, para que, principalmente os jovens, sejam capazes de identificar oportunidades, criando novas empresas e gerando ocupação para si e empregos para outros;

iii) Gerar estratégias para atrair a instalação de empresas e estimular nosso comércio e, assim, gerar emprego. Nossa cidade tem área disponível com mais de 5 milhões de metros quadrados para implementação industrial e comercial. É preciso implantar uma força-tarefa e criar incentivos;

iv) Atrair empresas na área de tecnologias de ponta com pequenos condomínios industriais, através de incentivos de sensibilização, a redução/isenção de ISS para quem for gerar empregos, a utilização de nossas áreas públicas

e o reforço da mão de obra. Temos que aproveitar a condição logística gerada pela localização geográfica perto do Porto de Santos;

v) Promover a criação e o fortalecimento de pequenas e médias empresas industriais, por exemplo, na área de equipamentos de saúde e indústria farmacêutica, em projeto de valorização e revitalização do entorno do Rio Tamanduateí;

vi) Promover a realização de ações educacionais com enfoque no empreendedorismo na formação básica de nossas crianças, jovens e adolescentes, priorizando a formação de futuros empresários e com objetivo de mudar o enfoque tradicional de formação educacional voltada exclusivamente para o mercado de trabalho;

vii) Realizar campanhas de marketing mais agressivas sobre o potencial turístico da região de Paranapiacaba: a antiga vila de operários da São Paulo Railway, com sua arquitetura de inspiração inglesa e toda a história da construção da estrada de ferro, de concepção arrojada para a época, merece ser mais bem explorada, considerando a proximidade com a cidade de São Paulo;

viii) Valorizar Paranapiacaba, fazendo gestão em parceria com a CPTM para que a “Maria Fumaça” percorra nos fins de semana o trecho Estação da Luz/ Paranapiacaba e recupere o sistema funicular em um pequeno trecho de 500 metros como atração turística. Enfim, promover a revitalização da Vila e prestigiar as atividades culturais, gastronômicas e de artesanato locais;

ix) Promover a exploração turística da Billings e do Parque

do Pedroso: integrar ao complexo Vila de Paranapiacaba e Polo Ecoturístico Caminho do Mar todo o potencial turístico da Represa e do Parque do Pedroso, especialmente no que tange às atividades náuticas e gastronômicas;

x) Criar o Banco de Dados Municipal de Orientação a Investidores e Sala do Empreendedor em parceria com uma Associação de Classe (ACISA ou CIESP) ou com o SEBRAE/SP. O banco de dados municipal será alimentado com indicadores socioeconômicos para divulgação sistemática e orientação aos investidores. Com essa finalidade, serão cedidos funcionários municipais, além de ser transferida a Sala do Empreendedor para essa entidade parceira, nos moldes em que funciona o Escritório Regional da JUCESP;

xi) Fortalecer as Empresas Instaladas na Modernização e Apoio para Obtenção de Crédito: promover, em parceria

com entidades de classe, projetos de modernização operacional e identificação de fontes de obtenção de crédito com taxas subsidiadas. Assim, feito o reconhecimento da fonte (FAPESP, FINEP, BNDES, DESENVOLVE SP, entre outros) e da linha de financiamento, será oferecida a capacitação e o apoio na elaboração de projetos de obtenção de recursos;

xii) Incentivar a participação das empresas de Santo André no Comércio Exterior com o objetivo de incrementar a participação dos produtos do município em feiras internacionais e em outras formas de divulgação no Mercado Externo;

xiii) Incentivar a rede hoteleira na exploração do turismo de negócios através da criação de um Centro de Convenções no município e estabelecer convênios com a rede hoteleira para exploração do nicho de turismo de negócios.



Paranapiacaba



GOVERNANÇA

Nosso objetivo é fortalecer a institucionalidade através de um modelo de boa governança pública, caracterizado pela eficácia, qualidade e transparência da gestão e fazendo bom uso dos recursos públicos para servir e beneficiar a população de Santo André. Por essa razão, nós promovemos um governo com boas práticas institucionais de planejamento, gestão e participação através da promoção da corresponsabilidade dos diferentes setores públicos, privados, econômicos e políticos e de todos os cidadãos de nosso município. Nosso objetivo é trabalhar em conjunto para resolver os problemas sociais que enfrentamos hoje, garantir direitos e deveres e valorizar e fortalecer a democracia.

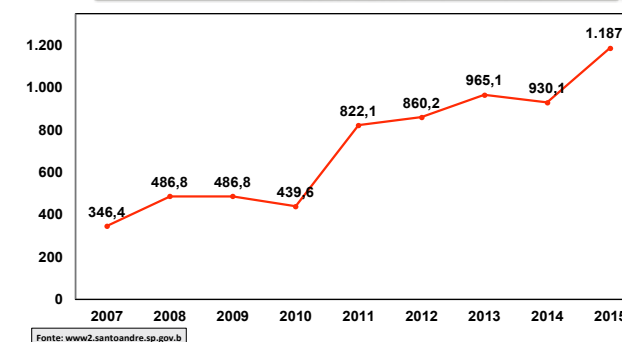
A criação de uma Santo André bem-administrada representa um grande desafio para a consolidação da cultura cidadã e, acima de tudo, para a restauração da confiança institucional, porque os cidadãos perderam a confiança em suas instituições, sentem que elas não os representam e que não defendem seus interesses. Pelo contrário, vê-nos centros de poder apropriados por interesses particulares e partidários. Por isso, temos de fazer grandes esforços para reconciliar os cidadãos e as instituições através de um governo voltado para os problemas do município. Vamos melhorar a eficiência e a eficácia da Administração Municipal e vamos fazer uma gestão transparente e visível para impactar na equidade, na justiça social e na melhoria da qualidade de vida dos cidadãos.

Uma das primeiras tarefas que devemos empreender é o saneamento das finanças públicas do município, se quisermos recuperar nossa capacidade de investimento em áreas-chave de desenvolvimento social para corrigir as desigualdades e reforçar a confiança dos nossos cidadãos e a iniciativa privada. O comportamento do resulta-

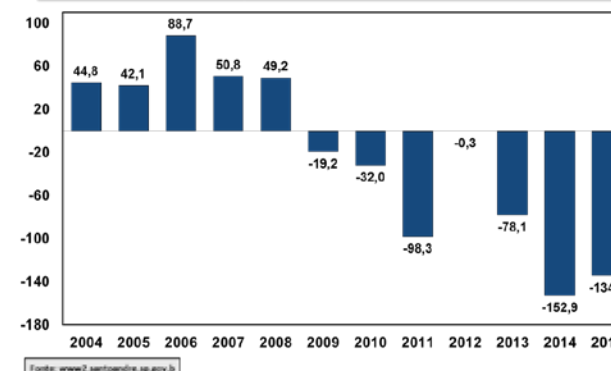
do primário e do endividamento mostram de forma clara a irresponsabilidade e a ineficiência com que foram manejadas as finanças públicas durante as duas últimas administrações municipais de Santo André.

Efetivamente, depois de apresentar um superávit primário médio de R\$ 57,7 milhões de reais entre 2005 a 2008, a Administração Municipal passou a registrar um déficit primário na sua execução orçamentária, com valor médio de R\$ 37,5 milhões entre 2009 e 2012 e de R\$ 121,7 milhões entre 2013 e 2015. Como resultado deste desastrado manejo das finanças municipais, a dívida da prefeitura tem aumentado gradativamente durante os últimos 8 anos. Assim, a dívida pública consolidada do Município de Santo André se multiplicou por 3,4 vezes entre 2007 e 2015, passando de R\$ 436,4 a R\$ 1.187,1 milhões, um incremento de 172%. A maior parte da dívida está representada por precatórios posteriores a 5/5/2000 que, em 2015, representavam 78,5% da dívida consolidada total do município. Além disso, a dívida por precatórios foi a que mais cresceu nos últimos 9 anos, pois passou de R\$ 235 a R\$ 932 milhões entre 2007 e 2015, quase 300% de cresci-

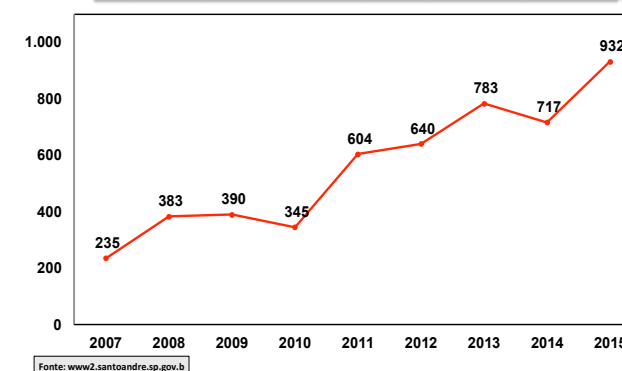
Prefeitura de Santo André
Comportamento da Dívida Consolidada (Milhões de R\$)
2007 a 2015



Prefeitura de Santo André
Resultado Primário da Execução Orçamentária (Milhões de R\$)
2004 a 2015



Prefeitura de Santo André
Comportamento da Dívida com Precatórios (Milhões de R\$)
2007 a 2015



mento porcentual. Mesmo que a dívida por contribuições sociais tenha um peso só de 13,3% na dívida consolidada total. Vale observar que esta última foi a que apresentou um maior crescimento entre 2007 e 2015, passando de R\$ 21,0 a R\$ 158,4 milhões, um incremento de 654%. Este comportamento do endividamento mostra o descaso e a insuficiência das gestões municipais anteriores.

Se considerarmos o valor dos precatórios anteriores a 5/5/2000, a dívida total do Município de Santo André chega perto dos R\$ 3,3 bilhões, valor equivalente a dois anos de receita corrente e a cinco anos de receita tributária. Precisamente, a dívida de precatórios é um dos principais problemas que deve enfrentar a próxima administração na medida em que por decisão do STF (Supremo Tribunal Federal) se deve zerar os valores até 2020, o que significa que a prefeitura deveria destinar 33,68% da receita corrente líquida ao pagamento destas obrigações. Tal porcentagem equivale, mensalmente, a R\$ 51,3 milhões, o que afetaria a capacidade na prestação dos serviços públicos básicos por parte da Administração Municipal.

Perante o problema anterior, a pedido do atual governo, recentemente o TJ-SP (Tribunal de Justiça de São Paulo) autorizou a Administração a manter a destinação de 3,87% da receita corrente líquida para a quitação dos débitos por precatórios. Porém os precatórios têm solicitado ao Tribunal de Justiça de São Paulo (TJ) que a prefeitura passe a destinar 16,56% da receita corrente líquida para pagamento de precatórios. Igualmente, hoje está em tramitação no Congresso Nacional a Emenda à Constituição 159/2015, a chamada PEC dos Precatórios, que estabelece que os precatórios a cargo de estados e municípios pendentes até 25 de março de 2015 e os a vencer até 31 de dezembro de 2020 poderão ser pagos até 2020, dentro de um regime especial que permite o aporte de recursos limitados a 1/12 da receita corrente líquida. Como pode ser observado, o futuro da capacidade de financiamento de Programas de Governo depende em grande medida dos desfechos das decisões judiciais e da aprovação de mencionada PEC. Tudo isto não teria ocorrido se os governos passados tivessem zelado por uma gestão financeira mais responsável e eficiente.

Como consequência da problemática do endividamento, o saneamento das finanças públicas do município será uma das nossas tarefas prioritárias, se quisermos recuperar a nossa capacidade de investimento em áreas-chave de desenvolvimento social para corrigir as desigualdades e reforçar a confiança dos nossos cidadãos e a iniciativa privada.

Desta forma, nosso compromisso é impulsionar a modernização organizativa da Prefeitura Municipal de Santo André, alicerçados num modelo institucional flexível,

moderno e descentralizado, em que os funcionários públicos municipais sejam dignificados e valorizados. Com a prática de uma boa governança, nossa gestão governamental se concentrará nas grandes transformações e desafios que exige o desenvolvimento humano sustentável de nosso município.

Além do fortalecimento institucional da Administração Municipal e do saneamento financeiro, promoveremos todos os espaços e as instâncias de participação democrática da sociedade no enfrentamento de seus problemas e na tomada de decisões nas diversas políticas públicas. Desta forma, nosso compromisso centra-se na construção de uma renovada governança entre a Administração Municipal e as organizações comunitárias e da sociedade civil em geral. Uma governança local, fundamentada na criação de capacidades de governo da base social organizada nos diversos territórios, onde todas as propostas e formas de organização, sem exclusão, tenham espaço e sejam consideradas, desde que tenham como objetivo a busca do maior benefício para toda a nossa população.

Finalmente, o exercício de uma governança eficaz e responsável só é possível com a valorização dos funcionários públicos municipais, que durante a atual Administração têm sido esquecidos e negligenciados. Os funcionários de carreira da Administração Municipal vêm reivindicando a atualização e o melhoramento do seu plano de carreira, além da garantia de serviços de suporte adequados e de atenção psicossocial e da saúde. Cientes de que funcionários motivados e valorizados são essenciais para o funcionamento eficaz da Administração Pública Municipal e para a obtenção de nossas metas e objetivos programáticos, nosso Programa de Governo assume o compromisso de atender as demandas dos servidores permanentes da Prefeitura Municipal, sempre contando com a ampla participação de suas organizações sindicais e de representação das distintas categorias.

Desta forma, com o propósito de alcançar os objetivos anteriores de governança, nosso Programa de Governo contempla os seguintes compromissos e propostas:

i) Implantar um processo de modernização administrativa e institucional da Prefeitura Municipal de Santo André com a finalidade de reduzir custos, aumentar a eficiência da estrutura organizativa e melhorar a qualidade dos serviços públicos;

ii) Introduzir ferramentas modernas de planejamento e direção estratégica pública na Administração Municipal com o propósito de melhorar sua capacidade no enfrentamento dos problemas e no atendimento às necessidades da população;



iii) Racionalizar e desburocratizar os processos administrativos, tributários e de prestação de serviços com a finalidade de melhorar a transparência e a economia na aplicação dos recursos públicos e a qualidade no atendimento aos cidadãos;

iv) Desenhar e implantar um sistema unificado de transparência e informação ao cidadão que contemple a realização de processos de prestação pública de contas por resultados, o estabelecimento de pactos públicos de transparência, o fortalecimento dos procedimentos de controle interno e do portal da transparência;

v) Realização de um levantamento da situação financeira e orçamentária da Administração Municipal com a finalidade de identificar o real estado do endividamento e das contas públicas e definir estratégias para sua correção em curto, médio e longo prazo;

vi) Fortalecer a articulação e a inserção de Santo André no âmbito regional, nacional e internacional;

vii) Revisar e atualizar o Estatuto do Servidor, visando sua racio-

nalização, a consolidação de benefícios e garantias trabalhistas;

viii) Revisar e implantar o Plano de Cargos e Salários, visando a valorização dos servidores, a redução dos cargos políticos, a garantia da estabilidade e a progressão na carreira funcional;

ix) Reformar o processo de seleção dos cargos diretivos do Instituto de Previdência de Santo André, buscando maior autonomia e participação dos próprios servidores ativos e inativos na gestão e controle do Instituto;

x) Promover o apoio e o fortalecimento permanente das instâncias de participação e controle social, como os conselhos municipais, as audiências públicas e os fóruns municipais e temáticos;

xi) Implantar o Governo Social como um instrumento de interação da Administração Municipal com as comunidades em suas diferentes regiões e bairros, visando o fortalecimento da capacidade organizativa das organizações comunitárias e sociais na formulação de planos e projetos para o enfrentamento de seus problemas e necessidades.

